

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações.

Análise do movimento contra a exploração de gás e petróleo em
Portugal: dinâmicas, estratégias e perfis dos participantes.

Raquel Coelho Gomes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos do Ambiente e da Sustentabilidade

Orientadora:
Dr. Maria Fernandes-Jesus, Investigadora Integrada, Instituto Universitário de Lisboa
(ISCTE-IUL), CIS-IUL

Outubro, 2019

Agradecimentos

A presente dissertação de mestrado não seria possível sem o precioso apoio de diversas pessoas. Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, Dr. Maria Fernandes-Jesus, pela orientação e paciência essenciais para que conseguisse concluir esta pesquisa. O meu muito obrigada pelas sugestões e correções quando necessário, tentando sempre me incentivar e motivar ao longo deste percurso.

De igual modo, queria agradecer aos meus familiares e amigos pelo seu apoio e presença constantes, acreditado sempre nas minhas capacidades.

Um muito obrigado a todos!

Resumo

A queima e utilização de combustíveis fósseis têm sido contestada pelos movimentos sociais ambientalistas/climático, devido à sua relação com o agravamento das alterações climáticas. Numa época que se reclama uma transição energética limpa, a existência de contratos de prospeção e exploração de gás e petróleo em Portugal, levou a grandes mobilizações por parte da população. A partir de 2015, uma série de coletivos e cidadãos uniram-se contra os contratos de concessões e exploração de petróleo e gás em território português, enfrentando assim o Estado Português, as empresas e entidades energéticas envolvidas. Deste modo, é relevante explorar o contexto e as dinâmicas do movimento contra a exploração de petróleo e gás em Portugal (CEGPP), pelo seu impacto mediático e político, e importância social atual. Este estudo teve como objetivo principal analisar a emergência, as dinâmicas e as estratégias do movimento CEGPP. Para tal, foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas a atores no movimento. A partir da análise temática identificou-se quatro temas principais relacionados com a emergência e desenvolvimento do movimento; os seus atores; estratégias; e a sua influência e eficácia. De forma geral, este estudo revela que o movimento CEGPP tem sido capaz de inspirar outros grupos e coletivos, recorrendo a diversas estratégias (e.g. via judicial, mobilização local) e estabelecendo ligações com outros problemas e implicações locais e globais (e.g. turismo, contaminação de águas), procurando incentivar à ação coletiva de todos os quadrantes da sociedade.

Palavras-chave: movimento ambientalista, ação coletiva, extrativismo, alterações climáticas.

Abstract

The burning and the use of fossil fuels have been highly contested by the environmental/climate social movement, due to its impacts on climate change. In a time, when many people are reclaiming the need for clean energy and energy transition, the existence of contracts for the exploitation of oil and shale gas exploitation has triggered many social mobilizations within the Portuguese population. Since 2015, a set of citizens and collectives have united to act against these contracts, confronting the Portuguese State as well as the energy corporations. Hence, it is crucial to explore the contexts and the dynamics of the Portuguese movement against the exploitation of oil and gas drilling, mainly because this movement received significant media coverage, and had social and political implications. This study aimed to analyze the emergence, the dynamics and the strategies used by such movement. In total, 12 key actors were interviewed. The thematic analysis identified four main themes: emergence and development of the movement; movement's actors; tactics and strategies; influence and perceived efficacy. The findings suggested that the movement has been able to inspire other groups and collectives in the Portuguese context by using diverse strategies (e.g. legal tactics, local mobilizations), by establishing connections with others problems and local and global implications (e.g. tourism, water contamination), and by promoting the collective engagement and action of all section of the society.

Keywords: environmental movement, collective action, extractivism, climate change.

Índice

| | |
|--|----|
| Introdução..... | 1 |
| Capítulo I – Revisão da Literatura | 3 |
| 1.1- Teorias dos movimentos sociais | 3 |
| 1.2- Movimentos ambientalistas | 8 |
| 1.2.1- A justiça ambiental e climática e os movimentos sociais | 13 |
| 1.3- Ambientalismo em Portugal | 16 |
| 1.4- Movimentos contra a exploração de petróleo e gás em Portugal..... | 19 |
| 1.5- Motivações para a participação em ações coletivas..... | 20 |
| Capítulo II – Metodologia..... | 23 |
| 2.1- Participantes..... | 23 |
| 2.2- Recrutamento e recolha de dados | 25 |
| 2.3- Análise temática das entrevistas | 26 |
| Capítulo III - Análise e Discussão..... | 27 |
| 3.1- Emergência e desenvolvimento do movimento: uma história de mobilização..... | 27 |
| 3.2- Atores do movimento: pluralidade de atores individuais e coletivos | 30 |
| 3.2.1- Organização e interação entre grupos | 32 |
| 3.2.2- Atores individuais | 34 |
| 3.2.3- Motivações e influências para a participação | 36 |
| 3.3- Estratégias de ação e comunicação..... | 39 |
| 3.3.1- Ações junto do poder político | 41 |
| 3.3.2- Via Jurídica | 43 |
| 3.3.3- Construção de quadros de ação do movimento..... | 44 |
| 3.3.4- Escala de ação: a importância da ação local | 45 |
| 3.3.5- Representações do extrativismo e das alterações climáticas | 47 |
| 3.3.6- Múltiplos significados: Ambientalismo e ativismo climático | 48 |
| 3.4- Influência e eficácia: sucessos, vitórias e obstáculos..... | 52 |
| 3.4.1-Fatores externos e contextuais que influenciaram o rumo do movimento..... | 54 |
| 3.4.2- Influência das ações políticas..... | 56 |
| Conclusão | 57 |
| Referências bibliográficas | 62 |
| Anexos..... | 69 |

Índice de Quadros

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Características dos Entrevistados..... | 25 |
|---|----|

Glossário de Siglas

ALA Alentejo Litoral pelo Ambiente

ASMAA Algarve Surf and Marine Activities Association

CEE Comunidade Económica Europeia

CEGPP Contra a Exploração de Gás e Petróleo em Portugal

CLAPA Comitê de Luta Antipoluição do Alviela

CMMAD Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

COP21 21st Conference Of the Parties

EJM Environmental Justice Movement

ENMC Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis

GEOTA Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

LPN Liga para a Proteção da Natureza

MALP Movimento Algarve Livre de Petróleo

NIMBY Not In My Backyard

ONG Organizações Não Governamentais

PALP Plataforma Algarve Livre de Petróleo

TMR Teoria da Mobilização de Recursos

TNMS Teorias dos Novos Movimentos Sociais

TPP Teoria do Processo Político

Introdução

Numa sociedade em que os serviços de energia são essenciais para corresponder às necessidades básicas das pessoas, coloca-se a problemática da procura por energias que sejam sustentáveis a longo prazo, e que não comprometam o planeta. Os combustíveis fósseis são, desde 1850, a principal fonte de energia utilizada pelas sociedades industriais. Desde então, houve um aumento acelerado de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, em parte como resultado das emissões geradas pela sua queima. Este aumento contribuiu significativamente para o aumento dos gases de efeito estufa, que provocam a subida de temperatura média global (IPCC, 2012). Os estudos científicos apontam para que o consumo de combustíveis fósseis seja responsável pela maioria desses gases de efeito estufa, ao que várias soluções têm vindo a ser trabalhadas, para reduzir este consumo, mas também para conseguir corresponder às demandas da sociedade dependentes do sistema energético (IPCC, 2012). Uma das opções apontadas é o gás natural, uma vez que este substitui a queima do carvão, e assim reduz as emissões de dióxido de carbono. Contudo, alguns ambientalistas e cientistas defendem que, embora não produza tanto CO₂, este contém metano, um gás muito mais poderoso, que em caso de vazamento pode provocar graves danos ambientais (Carbonbrief, 2013; Schrag, 2012).

Num panorama mundial, em que enfrentamos este tipo de desafios, compreender mais acerca de movimentos que lutam contra mais explorações de gás e petróleo torna-se bastante relevante. Seguindo o conceito de Touraine (1996), só se pode considerar a existência de um movimento social face à existência três elementos: o ator, o seu adversário e os seus conflitos. Assim, identificamos o movimento contra a exploração de gás e petróleo em Portugal, pelos seus atores, que definiram como seus adversários o Estado e as Empresas, numa relação que gira em torno do conflito das explorações de gás e petróleo em território português.

De que forma surgem estes movimentos e que estratégias utilizam nesta luta? Quais são as suas reivindicações? Que atores estão envolvidos? Como são percebidos os sucessos e os obstáculos pelos atores envolvidos? Estas são algumas questões que orientam esta dissertação. Deste modo, o objetivo principal desta dissertação é explorar e perceber as dinâmicas do movimento contra a extração de gás e de petróleo em Portugal (CEGPP), sendo este um tema atual, e que tem vindo a ser bastante discutido nos últimos anos, devido a polémicas atribuições de concessões de exploração de petróleo e de gás em Portugal.

Portugal apresenta características geológicas extremamente propensas à existência de hidrocarbonetos, e na Bacia Lusitânica chegou a ser encontrada alguma quantidade de petróleo que foi produzida e comercializada (Santos, 2017). Desde 2015, especialmente, deu-se uma multiplicação de grupos e coletivos em volta desta questão, principalmente na região do

Algarve. Atualmente, o país enfrenta apenas 2 concessões de gás, Batalha e Pombal, mas houve todo um percurso que levou ao cancelamento de 13 dos 15 contratos existentes em território português (ENMC, 2016; PALP, 2019)

Deste modo, torna-se relevante explorar o contexto e as dinâmicas deste movimento recente e emergente em Portugal, pelo seu impacto mediático e político, que ainda não foi estudado, e que, parece contrariar o padrão de ação ambiental dos últimos anos, que se mostrava pouco ativo e mobilizador (Tavares, 2013). Assim, torna-se importante analisar a sua forma de mobilização e organização, assim como até que ponto as pessoas consideram ter alcançado os seus objetivos, e se os encaram como vitórias. Desta forma, é pertinente perceber se o caminho traçado pelo movimento pode, eventualmente, ter servido ou servirá de inspiração para outros movimentos.

Como tal, esta dissertação apresenta, no Capítulo I, uma revisão da literatura, que aborda o que já foi discutido acerca das teorias dos movimentos sociais, seguindo-se os movimentos ambientalistas, e dimensões como o localismo e contestação das ações políticas, e finalmente contextualiza-se o caso português em termos de mobilização ambiental. Finaliza-se a revisão da literatura abordando as principais motivações que levam à participação em ações coletivas. Em seguida, é descrito-se, no Capítulo II, a escolha metodológica, quer o método de recrutamento e recolha como o de análise, e de que forma estes foram aplicados, assim como a descrição dos participantes. Finalmente, apresenta-se o Capítulo III, sobre a análise e discussão dos principais temas encontrados nos dados, que está dividida em 4 temas principais: Emergência e desenvolvimento do movimento: uma história de mobilização; Atores do movimento: pluralidade de atores individuais e coletivos; Estratégias de ação e comunicação; Influência e eficácia: sucessos, vitórias e obstáculos. Tudo culmina na conclusão onde serão levantadas as principais conclusões retiradas desta análise e se esta permite perceber a questão e objetivos definidos inicialmente.

Capítulo I – Revisão da Literatura

1.1 - Teorias dos movimentos sociais

Novas formas de mobilização e de organização coletiva foram surgindo a partir dos anos 60, sendo o “maio de 68”, nos EUA e na Europa, um dos principais marcos desta mudança. Dos anos 30 até então, “*o individualismo exacerbado da sociedade moderna teria produzido personalidades narcísicas, voltadas para a autossatisfação e de costas para a política.*” (Alonso, 2009, p. 50). As formas tradicionais de mobilização, como as envolvidas nos partidos políticos e nos sindicatos continuaram a existir, mas agora surgiam novas formas de ação coletiva (e.g. Ação levada a cabo por um grupo de pessoas, cujo objetivo é melhorar a situação do seu grupo e/ou alcançar um objetivo comum), que se mostravam diferentes na sua forma de organização descentralizada, numa ideologia pós-materialista, um repertório de ação mais pacífico e uma base social de suporte com membros da nova classe media (Giugni, 1998).

Melucci (2001) foi um dos autores que teve um importante papel nas teorias dos movimentos sociais, e realçou o facto de que estes movimentos não colocaram apenas em questão as novas formas de ação, os seus atores, e problemas, mas acima de tudo vieram demonstrar a inadequação das formas tradicionais de representação política perante novas problemáticas. Movimentos exigindo a igualdade de direitos, como o caso dos negros nos Estados Unidos e das mulheres, assim como os movimentos de contracultura, pacifistas e ambientalistas, vieram demonstrar a necessidade de criar teorias para estas questões (Medeiros, 2012).

Para Touraine (1996), só se pode considerar a existência de um movimento social perante a existência três elementos: o ator, o seu adversário e os seus conflitos. Mas em termos gerais, o argumento é de que este termo foi “*cunhado para designar multidões bradando por mudanças pacíficas (“faça amor, não faça guerra”), desinteressadas do poder do Estado*” (Alonso, 2009, p. 49). Assim, as teorias dos movimentos sociais foram divididas em três grandes teorias: os “Novos movimentos sociais” (TNMS), que surge na europa; a Teorias da Mobilização de Recursos (TMR), nos EUA; e Teoria do Processo Político (TPP), também nos EUA. Contudo, a falta de consenso sobre a noção de movimento social nas ciências sociais, apontou para uma polarização de paradigmas, nomeadamente, o europeu e o norte-americano, entre outras divisões (Gohn, 2000; Nunes, 2014).

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), assim como a Teoria do Processo Político (TPP) mostravam-se contra as explicações deterministas da ação coletiva e de um sujeito histórico universal, que eram dominantes antes da década de 60. Estas teorias

proponham a combinação da dimensão política e cultural na explicação dos movimentos sociais, sendo que a TPP, por um lado, defende que são as estruturas de oportunidades políticas que fornecem as condições necessárias para o surgimento dos movimentos sociais, enquanto a TNMS, por outro lado, dá ênfase à mudança cultural (Alonso, 2009; Tarrow, 1998).

A TNMS surgiu a partir da crítica à abordagem ortodoxa marxista que privilegia a análise das estruturas sociais, em especial a económica, considerando-as essenciais à ação humana, e à visão utilitarista dos movimentos sociais (Gohn, 2000). Este paradigma defende que encarar os movimentos sociais como um reflexo de determinações materiais subestima a subjetividade dos indivíduos, das suas contribuições culturais e ação criativa, sendo importante dar relevância aos atores sociais na análise dos movimentos sociais. Deste modo, a análise das estruturas sociais, apesar de ser relevante para demonstrar como os movimentos surgem, não explica como estes se mantêm a longo prazo (Gohn, 2000).

Segundo a TPP, considerada uma abordagem mais racional dos movimentos sociais, para compreendermos o que leva à sua expansão, deve-se considerar o ambiente político (Tarrow, 1998). Tarrow (1998), que foi um dos autores mais importantes para este paradigma, defende que para perceber em que condições um movimento social emerge temos de compreender a estrutura de oportunidade política vigente numa sociedade, ou seja, compreender o contexto político institucional ajuda a explicar os episódios de protesto.

Por sua vez, tendo grandes nomes como McCarthy e Zald, a TMR surgiu de um contexto de fervor político pela luta dos direitos civis, e viu acentuada a sua racionalidade explicativa (Cohen, 1985). Esta teoria defendia que a decisão de agir era o resultado de um ato de deliberação individual, decorrida de um cálculo racional entre benefícios e custos, sendo a ação coletiva uma forma de aceder a recursos materiais e humanos. Numa teoria em que é dada muito pouca atenção à cultura, os atores agem em relação custos-benefícios, mobilizando-se estrategicamente para atingirem os seus objetivos (McCarthy & Zald, 1977). Assim, o sucesso do movimento mede-se pela capacidade que este tem de captar/mobilizar recursos económicos e humanos. McCarthy e Zald (1977), defendem o argumento da burocratização dos movimentos sociais, que clarifica esta racionalização, e pode ser visível na gradual criação de normas, hierarquia e divisão do trabalho na administração de recursos e organização das ações.

Deste modo, a estrutura como base explicativa, perspectiva que dominava nos anos 80, veio dar lugar à cultura (Giugni, 1998), e a partir dos anos 90, começaram a surgir alguns autores como Cohen, Della Porta e Diani que começam a olhar para estes paradigmas como convergentes na análise de diversos fatores, nomeadamente no conceito de movimento social (Nunes, 2014). Na entrada do século XXI novos problemas surgiram, havendo mudanças

nomeadamente a nível da escala dos movimentos. Estes envolveram atores e temáticas que atravessam fronteiras, tendo opositores também transnacionais, desde instituições até à própria opinião pública (Alonso, 2009). Os próprios movimentos viram-se mais burocráticos, transformando-se alguns em partidos, e, por vezes, assumiam serviços estatais (Rootes, 2007). Assim, tendo o Estado deixado de ser o principal alvo das ações coletivas, os grupos viram-se obrigados a aderir a abordagem transnacionais, sendo necessária a criação de novos instrumentos para explicar eficazmente o caráter simbólico e a dimensão global do ativismo contemporâneo (Alonso, 2009).

Castells (1999; 2003) fala numa “sociedade em rede”, que envolve o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, e a tentativa de reestruturação da sociedade através do poder da tecnologia, que traz consigo novas realidades a lidar. A transformação, nomeadamente dos meios de comunicação, veio mudar radicalmente a comunicação dos ativistas. A relação dos movimentos sociais com os média, é marcada pela oportunidade que esta fornece de “espetáculo”, como uma ferramenta tática (Cable, 2017), para atrair as atenções para a questão defendida. Tal como Castells (1999) defendia, os meios de comunicação, como os jornais, rádio e televisão, são instrumentos importantes na divulgação, nomeadamente na mobilização da população (Castells, 1999). Outro dos instrumentos utilizados pelos ativistas é a recorrência a figuras públicas, pessoas com visibilidade mediática, como forma de publicidade, sendo o marketing uma dimensão importante para os movimentos (Cable, 2017). Porém, as novas formas de comunicação, como as redes sociais, vieram sem dúvida alterar, de forma radical, o modo dos coletivos se comunicarem, e diminuir a sua dependência dos media tradicionais. Os movimentos começaram a divulgar as suas ideias de forma direta, através de ferramentas digitais, como o Facebook, tanto para efeitos de divulgação como de recrutamento, facilitando a agilidade das ações, e a escala que podiam alcançar (Cable, 2017).

Deste modo, vê-se necessária a criação de uma nova base explicativa, para compreender as consequências destas novas realidades sobre diversos domínios, nomeadamente os movimentos sociais (Castells, 1999; 2003; Picolotto, 2007). A simples transposição das velhas teorias para estas novas dimensões com a sua desvalorização da cultura é assim criticada (Alonso, 2009). Contudo, apesar de serem feitas críticas aos então principais paradigmas, devido à sua visão macroestrutural, estes não deixam de ser as principais influências nos estudos dos movimentos sociais (Nunes, 2014). A TNMS trouxe, sem dúvida, para debate uma série de temáticas importantes para os estudos dos novos “repertórios de ação coletiva” (Tilly, 1978; Nunes, 2014). Além das dimensões estratégicas e racionais, a valorização da dimensão cultural mostra-se uma das bases essenciais para o estudo dos movimentos (Nunes, 2014). No caso da

TPP, esta demonstrou também a importância da influência dos sistemas políticos na forma como surgem e desenvolvem os movimentos sociais (Nunes, 2014).

Neste âmbito, das transformações teóricas nas ciências sociais, que colocou a cultura, e os processos de interpretação e atribuição de sentido, no centro da análise dos fenómenos sociais, uma das principais perspetivas teóricas desenvolvidas para abordar os processos interpretativos na constituição e desenvolvimento dos movimentos sociais foi a abordagem dos “frames” proposto inicialmente pelo sociólogo Erving Goffman (1974). Tal abordagem é vista com um dos modelos analíticos mais qualificado para a análise destes fenómenos sociais (Silva, Cotanda & Pereira, 2017). Assim, o enquadramento teórico do estudo dos movimentos sociais é importante para perceber as suas mudanças e desenvolvimentos, a convergir no modelo analítico que será utilizado para perceber as dinâmicas do movimento contra a extração de gás e petróleo em Portugal, mais especificamente a estratégias utilizadas, o “framing analysis”, que será em seguida abordado mais aprofundadamente no subcapítulo seguinte.

1.1.1- Análise de quadros da ação coletiva

No âmbito da análise dos processos interpretativos que permitem a constituição e desenvolvimento dos movimentos sociais, a “framing analysis”, em português a Análise de quadros da ação coletiva, tem se mostrado uma das mais adequadas. Esta surge a partir da abordagem de Erving Goffman (1974), que propõe a análise das *frames* do movimento para compreender os processos de interação, atribuição de significado e ação dos atores sociais num determinado contexto (Silva et al., 2017).

Entre os anos 80 e 90, outros investigadores apropriaram-se do conceito, destacando-se David A. Snow e Robert D. Benford pela sua importante contribuição teórica (Medeiros, 2012; Silva et al., 2017). Quando um grupo de pessoas divide as mesmas ideias e interpretações de determinadas ações e situações, é possível que estas constituam uma ação coletiva, e a esse processo de enquadramento foi definido como “quadros de ação coletiva” (*collective action frames*). Segundo Benford e Snow (2000) os quadros de ação coletiva são um conjunto de crenças e significados que influenciam as ações dos movimentos sociais, ou seja, são estas que fazem os atores agirem e que mobilizam a população. Estas resultam, regularmente, de uma negociação entre os vários atores envolvidos no movimento social, que partilham um entendimento acerca dos elementos constituintes do movimento social (Ledum, 2015).

Deste modo, a análise de quadros da ação coletiva, tenta analisar como a construção desses frames pode ser usada como uma importante ferramenta nas estratégias dos movimentos atingirem os seus objetivos, nomeadamente na mobilização social em torno de um problema

(Ledum, 2015; Prudencio & Santos, 2011). Os movimentos sociais são, assim, simultaneamente, criadores e consumidores de frames, sendo a cultura uma importante provedora, a partir da qual os movimentos podem retirar, interligar, e produzir novos significados.

Benford e Snow (2000) estabeleceram as tarefas nucleares de enquadramento (core framing tasks) da ação coletiva, que são construídas pelos participantes de um movimento, que negociam uma determinada visão e compreensão de uma situação social que acreditam que seja necessário mudar, atribuem responsabilidade (quem deve ser culpado por esse problema?) , e definem como se devem articular de modo a atingirem uma mudança. Os quadros de ação foram categorizados em três grandes categorias de análise: “enquadramento de diagnóstico”, “enquadramento de prognóstico” e “enquadramento de motivação” (Benford & Snow 2000; Ledum, 2015; Silva et al., 2017). No “enquadramento de diagnóstico” são identificados os problemas que os participantes que querem resolver; o “enquadramento prognóstico” refere-se à(s) solução(ões) para esse problema, ou seja, o que deve ser feito para que as mudanças desejadas se concretizem. Por último, o “enquadramento motivacional” refere-se à forma que os movimentos procuram mobilizar as pessoas para que se envolvam na sua ação (Benford & Snow 2000; Ledum, 2015).

Outro conceito bastante relevante para a análise de quadros da ação coletiva é o *master frames*, que se refere a frames mais genéricos em comparação com frames mais específicos do movimento (Snow & Benford, 1992). Diversas organizações podem compartilhar um mesmo *frame* de carácter lato, que pode abarcar mais do que um problema (Benford & Snow 2000; Ledum, 2015; Silva, Cotanda e Pereira, 2017). Os direitos humanos é um *master frame* bastante utilizado pela sua abrangência, ao que os movimentos ambientalistas também recorrem muitas vezes, nomeadamente, em torno da questão do direito a viver em num ambiente saudável (Ledum, 2015).

Numa fase inicial, Benford e Snow fixaram-se na dimensão estratégica do movimento. Os autores chegam à conclusão que os processos estratégicos são somente mais uma das ferramentas utilizadas pelos membros dos coletivos para contruírem as suas interpretações. Assim, os atores reconhecem que os quadros de ação colativa são constituídos por processos estratégicos, discursivos e contenciosos, o que coloca a constituição destes sobre a influência de diversas interações (Benford & Snow, 2000; Silva et al., 2017).

Os processos discursivos referem-se à comunicação escrita e falada entre o movimento, sendo o resultado das interações ao longo do desenvolvimento dos coletivos, não tendo um carácter fixo (Benford & Snow 2000). No caso dos processos contenciosos, estes estão ligados

à questão do conflito, e dos adversários, ou seja, os *frames* dos movimentos são contruídos em terminados contextos, que envolvem também as significações dos opositores, sendo que a sua análise deve ter em conta essa influência (Silva et al, 2015).

Relativamente às estratégias, estas são definidas pelas organizações e atores envolvidos no movimento com vista a atingir um objetivo específico, mobilizar recursos humanos e materiais. Para tal, os movimentos recorrem a processos de: “ligação de molduras” (*frame bridging*); “amplificação de molduras” (*frame amplification*); “extensão de molduras” (*frame extention*); “transformação de molduras” (*frame transformation*) (Benford & Snow, 2000; Silva et al., 2017). A ligação de *frames*, tal como o nome indica, liga dois ou mais *frames* relativamente a um problema, de uma forma coerente. No caso da amplificação há o fortalecimento de crenças pré-existentes que vão de encontro à problemática trabalhada. A extensão de *frames*, implica adicionar representações relevantes para o público alvo nas significações iniciais da ação coletiva. Por fim, a transformação de *frames*, está relacionada com alteração de antigos significados no sentido de criar novas (Benford & Snow, 2000).

Este modelo de análise será importante para analisar a construção do movimento contra a extração de gás e petróleo em Portugal, e dos seus quadros de ação, ao longo do seu desenvolvimento, nomeadamente, as estratégias utilizadas. Passaremos a essa análise depois de uma contextualização teórica dos movimentos ambientalistas.

1.2- Movimentos ambientalistas

O surgimento do ambientalismo é algo difuso, surgindo de formas diferentes em épocas e locais distintos e devido a motivos diversificados (Góes, 2018). O ambientalismo integra uma série de visões, objetivos e métodos de ação distintos e como tal não podemos olhar para este como um movimento homogêneo (Braga, 2010). Contudo, segundo Castells (2000), podemos definir o ambientalismo, em termos gerais, como formas de comportamento coletivo que visa corrigir formas destrutivas e prejudiciais, de relacionamento entre as pessoas e a natureza (Castells, 2003). Assim, existem características que são comuns entre movimentos, mas também inúmeras diferenças, ao que não as podemos considerar este um único movimento. Contudo, alguns autores tentam categorizar os diversos tipos de movimentos existentes de modo a desenvolverem instrumentos de análises dos movimentos (Braga, 2010). Entre as diversas tipologias existentes na literatura, temos o exemplo de Castells (2003), que propôs cinco tipos de movimentos ambientalistas, diferenciados em termos de identidade, o adversário e o objetivo, que tem por base a abordagem de Touraine, sendo estes: Preservação da natureza; Defesa do próprio espaço; Contracultura, ecologia profunda; Salvar o planeta; e Política verde.

De um ponto de vista histórico, podemos identificar alguns momentos mais relevantes no desenvolvimento do movimento ambientalista, representativos das tipologias propostas por Castells (2003). Desde logo, com base na literatura, podemos identificar que, o que denominamos de ambientalismo, surge em meados do século XIX, com a depressão da década de 1880 (Peñafiel, 2005; McCormick, 1992). O crescente interesse na época pela história natural, e a influência de grandes naturalistas desse período, dentre eles Darwin, com a teoria da evolução, que defendia a visão do ser humano como parte integrante de todas as espécies, ajudou na modificação de uma visão, até então antropocêntrica, para a biocêntrica (McCormick, 1992; Lima, 2002). Além disso, nesta altura, a Revolução Industrial também começou a revelar impactos negativos no meio ambiente e na saúde da população (Peñafiel, 2005). Esta trouxe consigo uma série de doenças e desastres ecológicos, resultado de uma relação de poder e evolução das técnicas de apropriação da humanidade sobre a natureza. Porém, estes acontecimentos despertaram a humanidade para a importância desta relação, que veio degradando intensamente o meio ambiente do qual dependemos (Góes, 2018; Moore, 2017).

Assim, em 1865 foi criado o primeiro grupo ambientalista em Inglaterra, de natureza protecionista, que se focava na preservação das espécies e do meio natural, tendo as suas raízes nos movimentos naturalistas surgidos no século XIX (Góes, 2018; McCormick, 1992). Já nos Estados Unidos, surge um movimento ambientalista que é definido como “conservacionista”, baseado na tradição alemã de uma ciência florestal, que se focava na administração racional dos recursos naturais existentes. Deste modo, em 1872, nos EUA, foi designado o primeiro parque nacional do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone (McCormick, 1992; Peñafiel, 2005; Ferreira, 2008). Nestas primeiras abordagens ambientalistas, podemos identificar a existência de uma das tipologias de Castells (2003), a Preservação da natureza, que é caracterizada pela defesa pragmática das causas relacionadas com a preservação da natureza perante o sistema institucional. Estes apelam ao sentimento transversal de amor à natureza defendendo a vida selvagem e natural, atuam, normalmente, por meio de instituições, tendo uma considerável força política, e não têm um adversário propriamente definido (Castells, 2003).

Contudo, no final dos anos 50 e início dos anos 60, com a crescente sensibilização da sociedade para as questões ambientais devido a uma série de desastres ambientais e avanços tecnológicos e científicos, viu-se surgir uma nova forma de protesto, mais ativo e independente, preocupado com questões mais abrangentes em relação as atitudes da sociedade face ao planeta. Muitos desses desastres foram despoletados pelo aumento do uso de químicos e pesticidas no pós-guerra, e que Rachel Carson (1969), veio alertar em *Primavera silenciosa*. Neste livro

Carson afirma que esta utilização estava a provocar fortes impactos nos ecossistemas, extinguindo várias espécies, nomeadamente de pássaros, e provocando doenças nos próprios seres humanos. Deste modo, Carson tornou-se uma das principais responsáveis pelo despertar de uma consciência ambiental, e do movimento ambientalista (Bonzi, 2013).

Assim, o ambientalismo deixa de se preocupar apenas com as questões dos recursos naturais, mas também com temas mais abrangentes, como a poluição e as consequências dos avanços tecnológicos e crescimento económico (Ferreira, 2008). Contudo, também o maio de 1968, em França, foi um marco decisivo e simbólico da mudança do movimento ambientalista e do alargamento as suas preocupações além da conservação da natureza (Braga, 2010). Neste aspeto, os meios de comunicação de massa, contribuíram para levar estas temáticas até ao grande público, mas também aos meios governamentais, sendo que as preocupações ambientais passam a adquirir espaço e centralidade nas instituições internacionais (Ferreira, 2008).

Outros dos principais marcos do despertar de uma consciência ambiental a nível mundial foram: a publicação do Relatório Limites do Crescimento, elaborado pelo Clube de Roma, que foi fundado em 1968, e que contava com um grupo formado, inicialmente, por trinta pessoas de países diferentes e diversas áreas de estudo, que se reuniam para discutir os problemas mundiais futuros e da época de forma a diagnosticar e apresentar possíveis soluções aos líderes mundiais; e a I Conferência das Nações Unidas Para o Meio Ambiente Humano, conhecida por Conferência de Estocolmo, em 1972, que teve por objetivo conscientizar os países sobre a importância da conservação ambiental como fator fundamental para a manutenção da espécie humana (McCormick, 1992; Borges & Tachibana, 2005). No Relatório Limites do Crescimento, era defendido que o crescimento exponencial é a origem da crise ambiental, sendo que esta ideia serve de base a um movimento existente atualmente, o movimento do decrescimento, que reúne várias ideias críticas e ações políticas sobre o futuro socioambiental (Demaria et al., 2013).

Entretanto, durante a mudança da década 60 para os 70, os movimentos sociais continuaram a se desenvolverem, e a compreenderem uma maior variedade de problemáticas, como movimentos pacifistas e movimentos de pessoas preocupadas com os riscos das explosões nucleares. É nesta época que surge a tipologia de movimentos ambientalistas, que Castells denomina de Contraculturas, em que alguns casos estas se seguem pelo respeito profundo pela natureza acima de qualquer instituição, seguindo assim o princípio de uma ecologia profunda (Castells, 2003). Também durante esta vaga de novos grupos, já nos anos 70, surge a Greenpeace, umas das principais organizações ambientalistas. Esta surge no Canadá em 1971, a partir de uma ação contra os testes nucleares nas ilhas Aleutas, no Alasca, onde

foram de barco de pesca alugado tentaram impedir o teste. A concretização desta ação trouxe bastante publicidade que permitiu o adiamento do teste por um mês, e posterior cancelamento de todos os testes na ilha. Ao longo dos anos, esta organização desenvolveu diversas atividades e protestos acerca de diversas problemáticas ambientais através de ações diretas e não-violentas (Ferreira, 2008). Esta organização está associada à tipologia “Salvar o planeta”, que se caracteriza pela sua ação não-violenta, mediatizada e global “*em torno do princípio da sustentabilidade ambiental*” (Castells, 2003, p.148), tentando a travar, a cada luta e ação, o crescimento descontrolado da sociedade (Castells, 2003)

Adicionalmente, acontecimentos como o acidente de Chernobyl, em 1986, começam a exemplificar como os avanços tecnológicos podem ter consequências muito negativas para a humanidade. De facto, a contaminação resultante deste acidente provocou doenças e outros problemas graves que são visíveis ainda hoje, e veio despoletar o surgimento de uma série de associações de defesa ambiental, distribuídas por vários países e em diversas atividades. Entretanto, em alguns países, surge o Partido Verde, que vem representar a nível político institucional as demandas da ecologia e do pacifismo (Ferreira, 2008). A Política verde é encarada como um tipo de movimento ambientalista, que apesar de não ser propriamente um movimento social, representa uma “*entrada no universo da política em prol do ambientalismo*” (Castells, 2003, p.148).

Simultaneamente, começam a ser desenvolvidos esforços internacionais no sentido de encontrar soluções para a crise climática global. Em 1983, que a Assembleia Geral da ONU validou a criação da nova e independente Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O trabalho desta Comissão resultou noutra importante marco, o “Relatório Brundtlandt”, conhecido também como Nosso Futuro Comum que foi publicado em 1987. Este tinha como objetivo apelar para a urgência em encontrar diretrizes para um desenvolvimento sustentável, e dar a conhecer este conceito e o porquê de ele ser tão importante, assim como, aquilo que pode ser feito para o atingir (CMMAD, 1991; Borges & Tachibana, 2005). De forma breve, o desenvolvimento sustentável procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer as gerações futuras, o que significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico, fazendo um uso razoável dos recursos da terra, e preservando as espécies e os habitats naturais (CMMAD, 1991).

Além disso, esta resultou na convocação, por parte da Assembleia Geral da ONU, da II Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a que sucedeu na Eco-92 no Rio de Janeiro, considerado um marco no ambientalismo depois de Estocolmo. Esta conferência tinha como principal objetivo tentar introduzir a ideia do desenvolvimento sustentável, de

forma a tentar harmonizar o crescimento económico e equilíbrio ecológico. Entre os documentos resultantes da Eco-92 temos a Agenda 21, onde são apresentadas recomendações com o objetivo de criar um programa a nível nacionais e regionais de transição para o desenvolvimento sustentável, tendo como base o Relatório de Brundtland (Borges & Tachibana, 2005; Ferreira, 2008). Posteriormente foram realizadas a Rio+5, Rio+10 e Rio+20, que servem de renovação de comprometimento político com os princípios do desenvolvimento sustentável.

O Protocolo de Kyoto, aprovado em 1997, tinha como finalidade reduzir as emissões de gases com efeito estufa para a atmosfera, marcou o reconhecimento político mundial do problema (Borges & Tachibana, 2005). Porém, este apresentava uma abordagem *top-down*, ao que o Acordo de Paris, em 2015, na 21ª Conferência das Partes (COP21), já trouxe uma aproximação *bottom-up* (Souza, 2017). Deste modo, já não existe dúvida na comunidade científica que existem alterações climáticas (IPCC, 2012), admitido por importantes instituições internacionais como a ONU e as declarações e acordos que vários países fazem parte, de que a crise ambiental é uma realidade, assim como o impacto e o custo ambiental do crescimento desenfreado do capitalismo e dos estilos de vida altamente consumista, típicos dos países desenvolvidos (Demaria et al., 2013).

A crítica à abordagem *top-down* reflete-se nos movimentos ambientalistas, que reclamam que ações que estão a ser implementadas não estão a corresponder às mudanças necessárias exigidas para dar resposta à crise climática. Como tal, é essencial encontrar novas abordagens e ações climáticas/ambientais que permitam atingir o que não foi conseguido pelas ações desenvolvidas até então (Murray, 2012).

Surge então uma forma de “neo-ambientalismo” (Kingsnorth, 2012), o denominado “Novo ambientalismo”, que tem como propósito atingir um desenvolvimento sustentável através de projetos baseados em comunidades locais e numa rede de empreendedores verdes. Através de um trabalho conjunto com os ambientalistas, estas iniciativas tentam criar sustentabilidade social e económica a partir das comunidades, isto é, *bottom-up* (Hershkowitz, 2002; Speth, 2008; Connors & McDonald, 2011; Murray, 2012; Staggenborg & Ogrodnik, 2015). Este tipo de movimento é fluído e difusos, caracterizados por estruturas organizacionais descentralizadas, estratégias inovadoras (North, 2011; Staggenborg & Ogrodnik, 2015). Além disso, iniciativas ambientais de base comunitária reivindicam mudanças culturais e a difusão de novos valores (e.g. não materialistas), nos diversos setores de sociedade (Wapner, 2008; Staggenborg & Ogrodnik, 2015). No entanto, segundo Connors e McDonald (2011) este foco “local” deste tipo de movimentos não impede que estes tenham a intenção de fazer parte de um

movimento global. A Defesa do próprio espaço, que é uma das tipologias de Castells (2003), é caracterizada por uma abordagem mais local, em que as populações locais têm a capacidade de estabelecer uma relação mais direta com as preocupações reais e imediatas das pessoas, ao mesmo tempo que às enquadram nas questões ambientais mais globais (Castells, 2003). Estas foram muitas vezes associadas a movimentos NIMBY (not in my backyard), termo que tem sido altamente contestado por acarretar uma desvalorização das preocupações das comunidades locais (Centemeri & Caldas, 2016). Existe frequentemente cooperação entre os ativistas locais e cooperações transnacionais ambientalistas (Rootes, 2007). O papel das organizações nacionais é muitas vezes o de trazer estabilidade aos movimentos, assim como o das campanhas locais é identificar os problemas existentes, e incentivar a ação e o rumo do movimento (Carmin, 1999). Assim, em muitos casos, as campanhas locais servem de lembretes importantes, nomeadamente à tomada de medidas da administração burocrática e da democracia representativa, ou mesmo demonstrando que efetivamente é possível mobilizar pessoas em torno de questões ambientais (Rootes, 2007).

1.2.1- A justiça ambiental e climática e os movimentos sociais

Nas últimas décadas novas preocupações emergem dentro do movimento ambientalista, que passa a associar os problemas ambientais a questões de justiça social. O Movimento pela Justiça Ambiental (EJM) teve a origem nos EUA em resposta à colocação sistemática de aterros e centrais de lixo tóxico perto de comunidades e minorias pobres e imigrantes. O EJM pode ser descrito como um movimento internacional que se foca na ação local, para discutir questões ambientais e sociais (Acsehrad, 2010). O conceito de justiça ambiental surgiu, nos anos 80, intimamente ligado a questões étnicas, que propõe olhar para a degradação e contaminação ambiental como como mais uma dimensão de desigualdade social. Deste modo, o movimento interligou-se com o movimento pelos direitos humanos e civis (Martinez-Alier et al., 2016; Willow, 2014).

Com o crescente consenso científico relativamente às alterações climáticas, o conceito de justiça ambiental passa a integrar dimensões de justiça climática. Ora, a questão das alterações climáticas, e como estas afetam comunidades, principalmente as mais desfavorecidas, também faz parte das preocupações do Movimento pela Justiça Ambiental. Os ativistas na luta pela justiça climática exigem soluções às instituições de poder, e reclamam que estas não têm sido eficazes até então. Deste modo, perante a incapacidade das organizações e instituições políticas e os fracassos das várias tentativas de acordos internacionais (e.g. protocolo de Kyoto) na resolução dos principais problemas ambientais, sociais e económicos, surge o movimento de

justiça climática, com diversas ações diretas a ocorrer em todo o mundo. Este movimento veio combinar diversas correntes político-econômicas e político-ecológicas na defesa do planeta, e veio unir forças a nível internacional. A mobilização para a justiça climática, nomeadamente nos EUA, veio atrair organizações tradicionais como Greenpeace, Rainforest Action Network e 350.org, e também alguns governos como o boliviano (Bond & Dorsey, 2010).

Deste modo, este movimento foca duas dimensões importantes, nomeadamente para este estudo sobre o movimento CEGPP: a contestação da ineficácia das ações políticas, e a aposta numa abordagem local. De encontro à tipologia Defesa do próprio espaço, o Movimento pela Justiça Ambiental e Climática questiona a tendência para a escolha de locais onde residem pessoas mais desfavorecidas e minorias para ações indesejáveis a nível ambiental, assim como a falta de transparência e de participação destes no processo de tomada destas decisões (Acselrad, 2010; Bond & Dorsey, 2010). Este gera um sentimento de injustiça, sendo que estes lutam pelo seu direito a qualidade de vida, normalmente contra os agentes poluidores e os seus interesses burocráticos e corporativos (Castells, 2003). Assim, estes movimentos lutam por uma maior transparência por parte dos órgãos de poder, assim como, mais oportunidade de participação da população nas tomadas de decisão (Della Porta, 2013). O carácter local das ações incentiva, acima de tudo, manter ativa a crença de que o silêncio não é a única reação possível às ameaças ao meio ambiente (Rootes, 2007).

Embora as ações sejam referentes a problemáticas mais locais, o movimento é global, pois esses diversos conflitos locais pertencem a classes de conflitos que aparecem em diversas partes do mundo, como é o caso da extração de gás e petróleo. Estes partilham objetivos, conceitos e estratégias de mobilização, criando redes internacionais que, embora não haja uma unificação oficial, é possível afirmar que existe um movimento global de justiça ambiental e climática (Martinez-Alier et al., 2016; Sikor & Newell, 2014).

Diversos levantamentos, como o Atlas de Justiça Ambiental, mostram que existem muitas queixas ambientais de dimensão local, que têm levado à emergência de movimentos de resistência, sobre a alçada da luta pela justiça climática. Em muitos casos, mesmo com recursos limitados, as ações levadas a cabo pelas comunidades têm conseguido, com sucesso, enfrentar interesses corporativos e parar projetos e construções com impactos ambientais negativos (Bond & Dorsey, 2010; Martinez-Alier et al., 2016). Estes dados são relevantes para perceber se o movimento CEGPP vai de acordo a esta tendência. Segundo o estudo de Hiatt, Grandy e Lee (2015) os ativistas podem ter, efetivamente, um impacto significativo sobre o comportamento da empresa e governo, dependendo da combinação de táticas políticas. Quando pensamos em sucesso dos movimentos, importa frisar que muitas vezes os movimentos não

estão a lutar apenas pela redução das emissões, mas também pela necessidade de transformar o sistema de produção, distribuição e consumo da sociedade atual, interligando a questão ambiental à política (Bond & Dorsey, 2010).

A indústria energética tem sido um dos principais focos do movimento de justiça climática, tendo havido diversas ações em campos petrolíferos, de carvão e de gás. O Eجاتlas, entre os seus conflitos, apresenta a luta pela justiça climática e energética, como a oposição contra a extração de gás e petróleo, assim como outros processos relacionados com toda a indústria (Bond & Dorsey, 2010; Martinez-Alier et al., 2016). Entre os movimentos contra estas explorações, o anti-fracking tem ganho uma grande visibilidade e dimensão, numa luta contra uma nova forma de extração de gás natural, que implica a contaminação de águas e pode levar a uma intensificação de sismos nos locais onde se utiliza o fracking aplicaram essa técnica de exploração (Steger & Milicevic, 2014). Além disso, diversos ambientalistas defendem que apesar de produzir menos emissões, o gás natural tem metano, que é um gás que muito mais poderoso que o dióxido de carbono, e que um vazamento pode representar graves perigos (Carbonbrief, 2013; Schrag, 2012). Em muitos países Europeus (e.g. Inglaterra e França), e nos EUA, várias pessoas uniram-se contra a utilização de fracking, em alguns casos conseguiram evitar. Simultaneamente, as diversas iniciativas locais anti fracking que têm surgido em todo o mundo, têm vindo a estabelecer ligações entre si, gerando um movimento global anti fracking (Steger, & Milicevic, 2014).

A análise comparativa de Willow (2014) sobre o movimento *anti-fracking*, sugere que cada vez mais comunidades têm que enfrentar e lidar com desafios ambientais indesejados, que os leva a envolver-se crescentemente na ação coletiva. Contudo, este constata, na sua pesquisa, um aspeto muito interessante acerca dos atores das ações coletivas em torno do ambiente, e que também será um aspeto a analisar na presente pesquisa, a não identificação com o rótulo “ambientalista”.

No caso português, a Eجاتlas fez, até ao momento o levantamento de 16 casos de queixas e ações locais, que englobam questões que vão desde usos indevidos da terra, da água e do mar, à exploração indevida de recursos tais como combustíveis fósseis. Em termos gerais, estas opõem-se ao funcionamento de determinadas atividades e indústrias, assim como a decisões governamentais, ao que Fernandes (2017) considera estas ações parte da luta pela justiça ambiental, reclamando o direito da população à participação nas decisões, e na tentativa de encontrar propostas alternativas.

1.3- Ambientalismo em Portugal

Portugal, apesar de ter acompanhado os avanços internacionais a nível ambiental, apresentou um desenvolvimento muito próprio, devido, nomeadamente, à própria história do país. Tavares (2013), sugere quatro razões pelas quais Portugal apresenta um desenvolvimento particular em relação a estas questões. Primeiramente, o autor defende que este pode se dever ao progresso tardio do país devido à ditadura que viveu durante décadas, em seguida pelo seu então isolamento e discrepância em relação as políticas, economia e cultura de outros países. , Quando finalmente Portugal tentou aproximar-se desta realidade, designadamente com a entrada na união europeia, a sua adesão viu-se algo repentina e até em certo ponto incompatível com a realidade do país (Tavares, 2013). A aceitação da nova realidade política, entre as quais, a nível a ambiental, gerou algum desconforto e controvérsia. Assim, algumas das consequências da relativamente recente conquista de direitos políticos e sociais em Portugal foi uma participação pública fraca, a ausência de uma estrutura institucional resistente aos revezamentos partidários no poder, assim como a carência de um quadro legislativo forte o necessário para lidar com os problemas reais do país (Tavares, 2013).

Os primeiros grandes protestos populares a nível ambiental em Portugal, remontam a 1924, no caso em que a população de Águeda, Rios e Frasqueiros se manifestou contra a poluição do rio Sardão, proveniente da mineração de cobre em Talhadas. Anos mais tarde, a morte de um moleiro despoletou uma ação por parte da população que vive nas margens do rio Alviela, contra a poluição originada pela indústria do curtume, e enviou uma petição ao Presidente da Câmara Municipal. Estas ações locais vieram a dar origem a um Comitê de Luta Antipoluição do Alviela (CLAPA), que é considerado o primeiro movimento de cariz ambiental em Portugal (Barca & Delicado, 2016). Outros casos pontuais de ação popular sugeriram, mas eram fortemente reprimidos pelo regime autoritário em que Portugal vivia, e pela falta de apoio pela não existência de movimentos ambientais (Barca & Delicado, 2016).

Em Portugal, a primeira e mais antiga associação de defesa do ambiente surge em 1948, a Liga para a Proteção da Natureza (LPN), que teve um importantíssimo papel na conservação da natureza e da proteção do ambiente. Na LPN foram produzidas diversas pesquisas levadas a cabo por uma série de cientistas de renome, nomeadamente para a elaboração dos primeiros inventários do património natural do país, que vieram dar origem a muitas das atuais áreas protegidas (Schmidt, 1999; Tavares, 2013).

Como referimos, os anos ditatoriais foram de uma total falta de desenvolvimentos no país, o que incluiu a parte ambiental. Consequentemente, a sociedade portuguesa mantém-se alheia a estas questões, a não ser a alguns casos, aos quais era dada alguma atenção por parte da

administração, nomeadamente os recursos cinegéticos ou hídricos (Tavares, 2013). Nessa altura, Portugal era um país rural, que sofreu um êxodo rural grande, que trouxe consigo uma série de consequências que vão desde o desordenamento do território, à poluição industrial, e destruição da paisagem, que são sentidas ainda nos dias de hoje. Contudo, foram estes impactos que despoletaram o sentido de consciência ambiental na sociedade portuguesa, e que desencadeou a implementação das políticas ambientais no país (Schmidt, 1999; 2003; Tavares, 2013).

Com a Revolução de Abril, os movimentos sociais em Portugal ganharam ímpeto mostrando-se importantes promotores de transformações, pois com o fim da opressão o país passou a viver uma estabilidade social e política que permitiu à sociedade aumentar a sua participação social, e começar a progredir nas políticas ambientais. Portugal passa assim a consagrar o ambiente na sua Constituição e uma série de outras estruturas responsáveis pela questão ambiental que passam a encarar o ambiente numa perspetiva mais ampla no conjunto das políticas públicas (Tavares, 2013).

No entanto, esta nova fase democrática do país, que proporcionou uma nova visão e ação sobre o ambiente, nomeadamente a constituição de organizações ambientalistas, também trouxe consigo novos problemas ambientais, assim como a intensificação de alguns já vividos no país (Tavares, 2013). A criação de novas indústrias poluentes, e contínua destruição a paisagem, assim como a plantação intensiva de eucaliptos pelo país, foram alguns dos problemas vividos na época (Tavares, 2013; Soromenho-Marques, 2005).

Entre estes problemas, em 1976, surge uma proposta de instalação de uma central nuclear em Ferrel, concelho de Peniche, que se torna o primeiro grande conflito ambiental da democracia. No dia 15 de março de 1976, centenas de pessoas marcharam em direção ao local onde estava a ser contruída a primeira central nuclear em Portugal, indesejada tanto pela população como pelos administradores locais, assim como de alguns ativistas. Esta gerou toda uma onda de protestos, em que pequenas associações ecologistas se aliam ao meio académico e à população, que foi capaz, aparentemente, de levar o Governo a desistir (Barca & Delicado, 2016). Ferrel tornou-se, sem dúvida, um marco muito importante no movimento ambientalista português, nomeadamente, no âmbito da questão energética, sendo um indicador importante na contextualização do movimento contra a exploração de gás e petróleo em Portugal.

Na história do país, é identificado uma característica dos governos portugueses que Maria Eduarda Gonçalves (2002) chama de “prática administrativa tradicional”. Esta é marcada pela particular centralidade e hierarquização da administração, que conseguem levar acabo a sua vontade, não tendo em conta as considerações da sociedade ou argumentos científicos. Ferrel

parece mostrar isso mesmo, uma vez que o encerramento do caso, em 1986, não foi alcançado devido ao movimento antinuclear, mas por restrições estruturais, nomeadamente pelo caráter sísmico da própria região e, principalmente, por limitações financeiras (Barca & Delicado, 2016). Esta dimensão coloca a questão da perceção de eficácia da ação coletiva, que são importantes de perceber em movimentos como o movimento CEGPP.

Após o caso de Ferrel, os movimentos populares proliferaram, aos que as populações locais se mobilizaram cada vez mais contra ameaças ambientais (Soromenho-Marques, 2005; Tavares, 2013). Importantes grupos e Organizações Não-Governamentais Ambientais também foram surgindo no contexto português, é o caso da Quercus e a GEOTA, que foram criadas na década de 80. Verificou-se um aumento da atenção por parte da comunicação social, e estas ONGs foram sendo reconhecidas pelos governos como organizações importantes, contando com diversos apoios, nomeadamente por parte da comunidade científica estreitando os laços entre ambientalistas, cientistas e outras intelectuais, que avançavam na compreensão da forma como as ações da sociedade pode prejudicar a sua própria (Barca & Delicado, 2016; Soromenho-Marques, 2005).

Em 1983, a criação do partido ecologias alemão despoletou a constituição deste tipo partidos em vários países, nomeadamente em Portugal, onde se formou o partido “Os Verdes” (Tavares, 2013). Nesta altura, a Quercus também foi cada vez mais ganhando espaço no panorama nacional, e tornou-se uma das organizações ambientais mais influentes. Estas foi se alargando em núcleos espalhados por todo o país, desenvolvendo todo um tipo de ações (Soromenho-Marques, 2005).

A entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, foi importante para a política ambiental nacional, pois serviu de impulso a criação de leis, como a Lei de Bases do Ambiente e a Lei das Associações de Defesa do Ambiente, aplicadas pela CEE, que foram sendo, progressivamente, transpostas para a legislação nacional (Tavares, 2013). Porém, em Portugal existiram sempre alguns entraves burocráticos para um direito e política ambiental (Barca & Delicado, 2016; Tavares, 2013), assim como o movimento ambientalista português manteve sempre uma fraca expressão, tal como a mobilização da população, que tem sido muito pontual. Em 2011, a denominada “Geração à Rasca”, veio mudar um bocadinho o panorama de contestação popular (Augusto, 2013). As novas ferramentas de comunicação também viram alterar a dimensão e desenvolvimento de ações. A internet veio permitir chegar a um maior número de pessoas num menor espaço de tempo, que estes protestos vieram beneficiar. A globalização veio consciencializar as pessoas em relação a questões mais globais,

e que pessoas de países diferentes possam-se mover em torno de objetivos comuns (Augusto, 2013).

Não obstante, Portugal continua um país em que as questões ambientais são vistas à margem das principais políticas governamentais, e em que os avanços que teve nesse âmbito foram resultado, principalmente, de pressões internacionais e não da sociedade portuguesa em si. O desenvolvimento tardio da sociedade portuguesa, e a ação muito individualizada e fragmentada do movimento ambientalista que se desenvolveu em Portugal, fez com que este nunca conseguisse chegar efetivamente às pessoas (Tavares, 2013). Segundo alguns autores, estas organizações nunca conseguiram chegar e mobilizar o grosso da população em grandes ações, sendo as principais mobilizações existentes no panorama nacional baseadas em ações de resistência, de cariz mais local e não institucionalizada (Figueiredo & Fidélis, 2003; Tavares, 2013). Contudo, apesar das insuficiências do movimento ambientalista português, este não deixou de ter um papel relevante no panorama nacional, trazendo para debate questões fundamentais (Soromenho-Marques, 2005).

1.4- Movimentos contra a exploração de petróleo e gás em Portugal

Contudo, desde 2015, assistiu-se a uma grande mobilização à volta das questões ambientais, com as marchas e as manifestações nacionais pelo clima, como a criação de grupos e coletivos à volta da questão do petróleo e do gás, que abordamos nesta pesquisa.

Para contextualizar o movimento a ser estudado nesta pesquisa, temos de perceber um pouco da história das zonas concessionadas em território português, que despoletaram o surgimento do movimento. Embora a existência de hidrocarbonetos em Portugal não seja algo recente, foi apenas em 2015, aquando a iminência de furos na região do Algarve, que as pessoas começaram a se unir fortemente em torno desta questão. As mobilizações começaram no Algarve, e atualmente concentra-se na região centro, onde restam os últimos 2 contratos existentes.

As primeiras sondagens de pesquisa que foram realizadas em território português remontam o final do século XIX, início do século XX. Estas eram, na maioria, pouco profundas e localizadas em onshore – em terra – a Norte e a Sul da Bacia Lusitânica. Foi em 1938 que foi emitida a primeira concessão para pesquisa de petróleo que abrangia as bacias Lusitânica e as do Algarve, apesar de na Bacia do Algarve terem sido apenas efetuados levantamentos de gravimetria. Estas concessões duraram de 1938 até 1968, mas em algumas destas sondagens foram apresentados fortes indícios de petróleo e alguma quantidade chegou a ser produzido e comercializado (ENMC, 2016; Matos, 2017; Santos, 2017). Após o abandono desta concessão,

e com a nova legislação de petróleo elaborada na época, as áreas de prospeção e pesquisa, onshore e offshore – no mar –, passaram a ser divididas em blocos que eram postos a concurso internacional. Assim, no início dos anos 70, foram assinados 30 contratos, resultantes do concurso, para áreas no offshore, em 1973 e 1974, que acabaram por cessar em 1979. Entre 1979 e 2004 foram determinadas 39 áreas para atribuição de concessões para a exploração de hidrocarbonetos (ENMC, 2016; Matos, 2017; Santos, 2017). Porém, em 2007, houve um aumento significativo nos contratos de concessão para a prospeção e produção de petróleo. Nesse ano foram assinados 12 novos contratos por todo o território nacional, entre estes estão as concessões deep-offshore no mar de Peniche, e três concessões deep-offshore no mar do Alentejo (ENMC, 2016; Matos, 2017; Santos, 2017). Em 2011, são realizados mais dois contratos para a pesquisa e prospeção de petróleo deep-offshore na Bacia Algarvia, e em 2015, foram concretizados mais contratos, entre eles contratos onshore da Bacia Lusitânica, as áreas “Batalha” e “Pombal”, ainda existentes, e no deep offshore da Bacia do Algarve, e no final do mesmo ano concessões onshore em Tavira e Aljezur (ENMC, 2016; Matos, 2017; Santos, 2017)

Estas últimas, foram então as detonadoras do início do Movimento contra a extração de gás e petróleo em Portugal, que como vimos se iniciou essencialmente na região do algarve, e posteriormente, se alargou para outras regiões do país, como vamos analisar posteriormente. Esta luta, segundo Matos (2017) já têm muitos anos, mas após a concessão atribuída em setembro de 2015 reacendeu e estendeu-se além da Assembleia da República e fez a população mobilizar-se à volta desta questão. Neste sentido, interessa perceber quais as motivações que levam a população a mobilizar-se em determinadas alturas e contextos.

1.5- Motivações para a participação em ações coletivas

O que leva algumas pessoas a participarem em ações coletivas, enquanto outras não o fazem, tem sido uma questão central dentro dos estudos dos movimentos sociais. Uma revisão recente conduzida por Van Stekelenburg e Klandermans (2017), sumarizam os alguns elementos e processos sociopsicológicos, tais com o que têm sido são aplicados aos estudos da participação em movimentos sociais: identidade coletiva, sentimento de injustiça e eficácia (Klandermans, 1997; Van Stekelenburg & Klandermans, 2017).

As várias abordagem levantaram diversas respostas para o porquê da participação, que se centraram em: a percepção de uma oportunidade de mudar o que os incomoda de uma forma relativamente acessível (eficácia); porque se identificam com o grupo (identidade coletiva); porque o vêem como uma forma de expressar os seus sentimento de raiva e frustração contra um determinado alvo do qual se viram lesados (dimensão afetiva da percepção de injustiça)

(Klandermans, 1997; Van Stekelenburg & Klandermans, 2017). Nestas podemos distinguimos as três variáveis identificadas por Klandermans, sendo que a sua relação pode ser abordada de diferentes formas.

Relativamente à identidade coletiva, Klandermans (1997), afirma que esta é essencial para agir coletivamente, e na criação de significações comuns, que criam o sentimento de “nós”, e atribuem um “eles” (Mannarini et al., 2009).

O sentido de injustiça é outra variável identificada por Klandermans (1997), normalmente associada ao sentimento de raiva, que pode resultar de uma perceção da desigualdade ilegítima, mas também de uma repetida queixa, ou da convicção moral de que os seus princípios foram violados. Assim, quando maior foram a sua perceção de que os valores e interesse coletivos estão a ser ameaçados, mas as pessoas se sentem motivadas a participar nas ações, com o intuito de proteger os seus interesses ou expressar sua indignação (Mannarini et al., 2009; Van Stekelenburg & Klandermans, 2017).

Por último, a perceção de eficácia coletiva, que alude o sentimento de influência e impacto, nomeadamente político, que a ação coletiva pode ter (Mannarini et al., 2009). *“A eficácia do grupo é a crença de que problemas relacionados ao grupo podem ser resolvidos por esforços coletivos.”* (Van Stekelenburg & Klandermans, 2017, p. 123). A própria ação coletiva é um indicador de eficácia, pois a perceção de que outras pessoas se envolvem no grupo, dá ela própria uma maior sensação de eficácia (Van Stekelenburg & Klandermans, 2017).

Para além destas, outras variáveis também se mostram importantes no estudo da participação em ações coletivas tal como o apego ao lugar, a horizontalidade e o poder de decisão, e os laços sociais, como os amigos e a escola (Jaśkiewicz & Besta, 2018; Mannarini et al., 2009; Della Porta, 2013; Maher & Earl, 2017; Ward, 2016; Grosse, 2019). Os meios e comunicação também revelam um importante papel, especialmente as redes sociais como canal de recrutamento, o que vai de encontro o que já vimos acerca dos movimentos sociais.

A relações pessoa-ambiente podem influenciar na decisão de adesão aos coletivos. O apego ao lugar é assim uma dimensão a ter em conta na análise, revelando-se importante para perceber a motivação para a participação em grupos, especialmente mais locais, que são importantes integrantes do movimento contra a extração de gás e petróleo em Portugal. Esta variável em si também se pode relacionar com as dimensões já identificadas, nomeadamente a identidade, uma vez que um vínculo emocional com um lugar pode servir como fonte de expansão do sentido de identidade. As relações sociais da comunidade são um forte preditor do apego ao lugar, e que podem ser também importantes para o envolvimento em ações coletivas (Jaśkiewicz & Besta, 2018).

A percepção de inclusão, igualdade e transparência, transmitidas através de um funcionamento que tem em conta o debate e o consenso na tomada de decisões, promovendo o respeito pela diversidade através da boa comunicação, mostram-se assim motores bastante relevantes para a participação (Della Porta, 2013). Grupos que possuem estruturas de liderança horizontais identificam potencialidade na equidade entre os atores, e na eficácia do trabalho em conjunto (Grosse, 2019).

Por fim, os laços sociais, como os amigos, e a escola, que são os casos percebidos também como relevantes para o envolvimento das pessoas. Seja pela facilitação no acesso a grupo, tanto pelos amigos como pela escola, pela curiosidade ou identificação com os mesmo, estes laços continuam a ser bastante influentes sobre a escolha dos atores se envolverem num coletivo (Maher & Earl, 2017; Ward, 2016).

Deste modo, podemos identificar importantes fatores e dimensões a ter em conta na análise das motivações dos atores envolvidos no movimento CEGPP, nomeadamente: percepção e a injustiça, eficácia e a identidade social; sentido de lugar; percepção de horizontalidade e o poder de decisão, existência de redes os laços sociais. Além disso, foi importante perceber, ao longo da revisão da literatura, o panorama teórico do estudo dos movimentos sociais, e que abordagem se ajustaria melhor à análise deste movimento. Do mesmo modo, a percepção das dinâmicas em que movimento ambientalista se desenvolveu, levantou importantes dimensões, como a contestação política e o carácter local. Tal como, perceber o contexto em que movimentos semelhantes surgiram noutros locais do globo, culminando na contextualização do movimento CEGPP, e como surge no panorama português. Neste sentido, no capítulo sobre a Metodologia, será apresentada a questão de investigação e os objetivos desta, seguindo-se as escolhas e processos metodológicos, assim como a descrição dos participantes.

Capítulo II – Metodologia

Este estudo partiu da seguinte questão de investigação deste estudo é: *“De que forma o movimento contra a extração de gás e petróleo emergiu, e quais as suas dinâmicas?”* Como tal, teve como principais objetivos: Compreender a história da emergência do movimento, e quais as variáveis que contribuíram para a sua emergência e desenvolvimento, assim como o seu modo de funcionamento e organização; perceber quais as suas estratégias de ação e mobilização; explorar as perceções dos participantes acerca das mudanças e conquistas alcançadas, e como foram atingidas; e por fim, conhecer o perfil dos atores do movimento, e as motivações para a sua participação.

Desta forma, o modelo de investigação escolhido foi o qualitativo, tendo como métodos de recolha de dados a entrevista, e em relação à sua análise utilizou-se a análise temática. A nível epistemológico a metodologia qualitativa apresenta um carácter interpretativo, que permite, através da interpretação das experiências vividas pelos participantes numa dada situação, investigar e compreender o mundo social nos ambientes naturais em que são vivenciados (Paiva et al., 2011; Bryman, 2012). Assim, no presente trabalho partimos das experiências e perceções relatadas pelos participantes entrevistados, para compreender o movimento contra a extração de gás e petróleo. A recolha foi feita através de entrevistas, o método escolhido para a elaboração desta investigação. De modo geral, as entrevistas são conversas aprofundadas e dirigidas sobre um determinado tema, tendo como objetivo, a recolha de informação específica através do entrevistado. A sua aplicabilidade varia consoante os objetivos do investigador, variando geralmente entre entrevista aberta, semiestruturada ou estruturada. Assim, o que efetivamente distingue as duas primeiras tipologias de entrevista é, essencialmente, o grau de determinação prévia das perguntas, sendo que em ambas o entrevistado pode organizar livremente o seu discurso (Almeida, 1995). Neste estudo recorreu-se à entrevista semiestruturada (Bryman, 2012), para compreender o ponto de vista do entrevistado, seguindo um guião de base, que se encontra em anexo (ver anexo A).

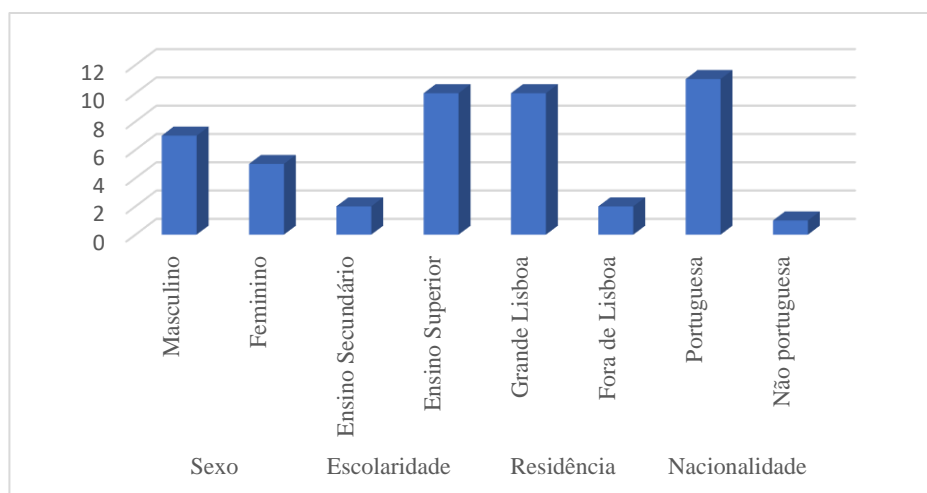
2.1- Participantes

A presente investigação teve como método de recolha de dados a entrevista semiestruturada, tendo sido realizadas 12 entrevistas presenciais, com ativistas que estiveram envolvidos no movimento contra a extração de gás e petróleo em Portugal. Os elementos entrevistados fazem parte de grupos, tais como: Almargem, Climáximo, Glocal-Faro, Linha

Vermelha, Movimento do Centro contra Exploração de Gás, PALP – Plataforma Algarve Livre de Petróleo, Sciaena, SOS Salvem o Surf, Tavira em Transição e Zero.

De forma a contextualizar o envolvimento dos atores entrevistados no movimento, é importante perceber em que consiste os grupos dos quais estes fazem parte. No caso da Almargem (Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve), esta é uma associação sem fins lucrativos, que como o nome indica, tem como objetivos estudar, divulgar e proteger o património natural, histórico e cultural do Algarve, tendo sido fundada na cidade de Loulé (Almargem, 2019). A Climáximo é um grupo de ativistas unido pela urgência da luta contra as alterações climáticas, e que as associa aos direitos humanos e à distribuição de riqueza e poder no mundo, considerando soluções como o “capitalismo verde” ineficazes (Climáximo, 2019). A Glocal-Faro, apresenta-se como um movimento de cidadãos, que procura melhorar a qualidade de vida dos locais, através da resolução de problemas globais que abrangem questões como as ambientais e sociais (Glocal-Faro, 2019). A campanha Linha Vermelha é organizada pela Academia Cidadã e pelo Climáximo, e reúne pessoas que se mostram preocupadas com a falta de nitidez e envolvimento dos cidadãos nas negociações dos contratos de prospeção e extração de gás e petróleo em Portugal, convidando as pessoas a tecer a maior linha vermelha do mundo e numa tentativa de sensibilização para o problema (Linha Vermelha, 2019). O Movimento do Centro contra Exploração de Gás, é uma plataforma constituída por cidadãos, organizações e movimentos com o objetivo de travar os furos de prospeção previstos nas concessões da Batalha e Pombal (Movimento do Centro contra Exploração de Gás, 2019). A PALP (Plataforma Algarve Livre de Petróleo), é um movimento criado por um conjunto de cidadãos e entidades, que abrange alguns dos grupos referidos, que tem como principal intuito defender um Algarve Sustentável das ameaças da exploração de petróleo na região, alertando a população para os seus riscos e incentivando um debate público acerca do tema (PALP, 2019). A Sciaena, é uma organização sem fins lucrativos, com dimensão nacional e internacional, que tem como principais objetivos defender um ambiente marinho saudável e contribuir para que a população seja informada e ativa na sua conservação (Sciaena, 2019). O SOS Salvem o Surf, é um movimento que se define como não radical e de elevado nível técnico, que tem como foco a resolução de problemas que possam de qualquer modo estar relacionados com a atividade do Surf (SOS Salvem o Surf, 2019). Tavira em Transição é também um movimento, mas comunitário, que reúne cidadãos ativos que seguem princípios pacifistas e ecologistas, com o intuito de promover uma transição para um futuro sustentável (Tavira em Transição, 2019). Por fim, temos a ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, que é uma associação sem fins lucrativos, que se debruça sobre a questões ambientais a nível nacional (Zero, 2019).

Assim, como vimos pelos perfis destes grupos, o movimento é constituído por coletivos com características diferenciadas, quer no seu objetivo ou organização e constituição, que variam entre grupos mais focados em questões locais, e outros mais nacionais ou globais, variando também na sua dimensão. Em relação aos ativistas entrevistados, 7 destes são do sexo masculino e 5 do sexo feminino, e apresentam idades entre os 28 e os 72 anos, sendo que apenas 2 dos participantes não frequentaram o ensino superior. Na altura das entrevistas, somente 2 destes não estavam a residir na região da Grande Lisboa, e só 1 dos entrevistados não tinha nacionalidade portuguesa.



Quadro 1 – Características dos Entrevistados

2.2- Recrutamento e recolha de dados

O recrutamento dos participantes foi realizado através do método bola de neve, sendo o primeiro contacto estabelecido via email. As entrevistas decorreram entre janeiro e maio de 2019. A duração das entrevistas teve uma média de cerca de 1 hora e 46 minutos, e os locais escolhidos para as mesmas variaram segundo a disponibilidade dos participantes, sendo que algumas foram em espaços públicos, outras em salas do ISCTE-IUL, outras em casa dos participantes. A todos foi solicitado a gravação áudio das entrevistas, que aceitaram, para efeitos de registo e a posterior análise.

Foi construído um guião para orientar o diálogo entre a entrevistadora e os participantes (ver anexo A). Para a construção do guião utilizado, foram tidos em conta os objetivos pré-definidos para esta pesquisa e a revisão da literatura. Assim, este fixou-se em 5 principais tópicos: o envolvimento e participação no movimento/grupo; a emergência e desenvolvimento do movimento/grupo; as práticas de organização; as práticas de ação e comunicação; e a

importância e relevância do tema. No entanto, as entrevistas decorreram de forma bastante dinâmica, sendo a sua ordem de aplicabilidade das questões variou consoante o rumo do discurso do entrevistado. Todas entrevistas foram transcritas de forma integral.

2.3- Análise temática das entrevistas

A fim de realizar a análise das entrevistas, foi utilizado o método de análise temática, seguindo uma abordagem dedutiva e indutiva na definição das categorias e temas (Braun & Clarke, 2006). A análise temática é um método fundamental nas abordagens qualitativas, que tem vindo a ser muito utilizada pelos pesquisadores. Este método é utilizado para analisar e identificar padrões e temas a partir dos dados, visando facilitar a organização e estruturação dos dados recolhidos. Este tipo de análise permite sistematizar os dados recolhidos, de forma a identificar os temas relevantes (Attride-Stirling, 2001; Braun & Clarke, 2006; Boyatzis, 1998).

O processo de transcrição permitiu uma maior familiarização com os dados, sendo que numa fase inicial, à medida que os dados foram sendo percorridos, foi sendo gerada uma lista de ideias e o que poderia ser interessante abordar e desenvolver. Assim, foi feita uma codificação inicial, e uma organização em grupos significativos (Tickets, 2005). Os temas foram constituídos com base nos dados, “*bottom up*” (Braun & Clarke, 2006), tendo o objetivo de codificar o conteúdo de todo o conjunto de dados, dando atenção igual a cada item de dados, identificado padrões repetidos e relevantes nos itens que pudessem vir a formar temas. A codificação foi feita com recurso do software NVIVO, onde foi sendo construído um esquema de categorias organizadas e agrupadas, à medida os dados emergiam, se repetiam e eram articulados.

Na fase seguinte, o material das entrevistas já codificado foi agrupado com base numa potencial relação, e transformados em possíveis temas, ou seja, tentou-se perceber como diferentes categorias podiam ser combinadas de modo a formar temas abrangente. Nesta fase tentou-se, então, perceber quais poderiam ser os grandes temas, assim como os seus subtemas.

Posteriormente, houve um refinamento dos temas determinados até então. Ou seja, tentou-se perceber se existiam dados suficientes para justificar a sua existência, se a sua relação fazia sentido, se não se verificavam repetições, e por fim, se podem ainda surgir outros temas a partir dos existentes. Quando, finalmente, se considerou que os temas abrangiam os dados mais importantes a retirar, procurou-se ordená-los numa narrativa coerente e integrada.

Capítulo III - Análise e Discussão

A análise está dividida em 4 temas principais, que se coadunaram com os objetivos desta pesquisa e com a análise temáticas das entrevistas. O primeiro tema “Emergência e desenvolvimento do movimento: uma história de mobilização”, aborda a criação do movimento e as circunstâncias do seu desenvolvimento. O segundo tema “Atores do movimento: pluralidade de atores individuais e coletivos”, onde se sentiu a necessidade de abordar 3 subtemas: a “Organização e interação entre grupos”; os “Atores individuais”; e as “Motivações e influências para a participação”. O terceiro tema é relativo às “Estratégias de ação e comunicação”, e inclui os seguintes subtemas: “Ações junto do poder político”; “Via Jurídica”; “Construção de quadros de ação do movimento”; “Escala de ação: a importância da ação local”; “Representações do extrativismo e das alterações climáticas”; e “Múltiplos significados: Ambientalismo e ativismo climático”. Por fim, é abordado o tema da “Influência e eficácia: sucessos, vitórias e obstáculos”, em que analisamos a percepção dos atores acerca dos resultados do movimento. Neste último tópico é apresentado um subtema sobre “Fatores externos e contextuais que influenciaram o rumo do movimento” e outros sobre a “Influência das ações políticas”.

3.1- Emergência e desenvolvimento do movimento: uma história de mobilização

Durante as entrevistas foram colocadas diversas questões sobre a emergência e desenvolvimento do movimento CEGPP, sendo as versões relatadas pelos vários entrevistados bastante semelhantes, tanto entre atores que fizeram parte do arranque inicial, como aqueles que se juntaram posteriormente. Assim, segundo o relatado, tudo começou por rumores e boatos de pessoas que viram *“umas máquinas invadirem o terreno ao lado do seu quintal”* (Olga). Estes rumores espalharam-se em bola de neve, e fez que as pessoas falassem umas com as outras, se unissem e comessem a agir. Esta reação foi, numa primeira fase, *“muito localizada no Algarve, porque era aí que estava o imediatismo daquilo que podia acontecer num curto espaço de tempo”* (Olga). Este trabalho iniciou-se entre alguns cidadãos e grupos, como a ASMAA, que começou a realizar algumas ações para alertar para o caso, e que contou, nomeadamente, com o “Tavira em transição”, que na altura já era um grupo bastante organizado e ajudou nas primeiras divulgações, embora ainda existissem muitas dúvidas acerca do que iria suceder.

Quando se começa, finalmente, a perceber que havia uma possibilidade real dos contratos serem implementados, surge, em 2015, a Plataforma Algarve Livre de Petróleo, a PALP, que

foi, segundo alguns ativistas, o movimento que deu uma maior visibilidade à problemática. Esta tinha como um dos principais objetivos informar as pessoas do que se estava a passar: *“dizer que há contratos, dizer que as coisas não estão tão longe como se pensa”* (Diana). A própria PALP surge da interação entre cidadãos civicamente ativos que, em conversa, se apercebem da possibilidade de existirem contratos de prospeção para a exploração de petróleo no Algarve, e que nada estava a ser transmitido à população. Os contratos não eram públicos, e estavam a ser negociados à porta fechada, por um mecanismo que o ator Pedro chama de *“negociação direta”*.

Segundo um dos participantes, *“(…) reuniram-se várias pessoas, algumas pessoas eram individuais, mas muito ativas lá na sociedade, mas depois, uma grande parte das pessoas eram pessoas que eram representantes de várias associações”* (Paulo), para discutir estes rumores e tentar perceber se tinham fundamento. Assim, a PALP foi constituída a partir de um conjunto cidadãos e *“associações da região que já costumavam colaborar, que era a Almargem, a Quercus, o Glocal Faro, o New loops, e o MALP”* (Alice). Quando a especulação dos contratos se confirmou outros grupos e associações da região, mas também de dimensão nacional (como a LPN e o Climáximo), e até internacional (OCEANCARE), se debruçaram sobre a causa, sendo que algumas passaram a fazer parte da própria PALP (PALP, 2019). Grupos e campanhas também foram surgindo, incentivados por coletivos mais solidificados, que encorajavam os cidadãos locais a que *“criassem grupos, grupinhos de pessoas de brainstorming, de divulgação no próprio local”* (Paulo), entre eles surgiu o “Stop Petróleo Vila do Bispo”.

Em relação ao resto do país, *“houve sempre um movimento mais fraco, porque a própria população, que estava ativa, e a mais interessada era a população lá de baixo”* (Paulo). Contudo, quando o tema ganhou dimensão nacional, além do envolvimento de grandes grupos e associações de âmbito nacional, decorreram algumas ações e campanhas de cidadãos fora do Algarve, como o “Futuro Limpo”, que foi um movimento de cidadãos, a nível nacional, contra a exploração do petróleo e gás em Portugal, que contou com a participação de grandes nomes do panorama intelectual e artístico português. Além disso, movimentos como o Climáximo e a ASMAA, tentaram criar outros focos além do Algarve, ao que *“tiveram um papel ativo em tentar fundar movimentos”* (Rute) que fossem *“movimentos locais de resistência”* (Rute), e que tivessem autonomia para fazerem alguma coisa. Estes surgiram essencialmente na costa *“onde existiam concessões de petróleo o gás”* (Rute) e, embora não houvesse muitos fora do Algarve, havia, o “Peniche livre de petróleo”, que é considerado pelos ativistas, na altura, o segundo maior foco do movimento, e o Alentejo Litoral pelo Ambiente (ALA), que formou vários núcleos, em Odemira, Relíquias e Sines.

Ao longo do processo, houve coletivos que se uniram e outros que se separaram, como o MALP, que se separou da PALP, e a ASMAA que saiu e voltou a entrar. Adicionalmente, existiram grupos e cidadãos que se foram envolvendo mais e menos, e os que *“foram muito importantes no início que não estão agora”* (Pedro), ou seja, segundo os participantes houve uma renovação.

Com a aparente resolução da questão no Algarve, a atenção começou-se a virar para a região Centro, onde ainda restam os dois últimos contratos de prospeção, neste caso, de gás natural. Deste modo, com a questão do Centro surgiram novos desafios, que levaram ao surgimento de novos grupos e ao envolvimento de outros cidadãos, assim como houve alguns grupos que se desagregaram, e outros que encontram novos propósitos e novas metas. Na altura da ameaça dos furos no Algarve, já existiam os contratos da região Centro, mas *“não existiam os furos planeados”* (Sara), ao que a questão foi deixada um pouco de lado. Quando as pessoas se apercebem que estavam a ser, efetivamente, planeados furos para aquelas zonas, estas foram apanhadas de surpresa, pois *“só tinham ouvido falar no Algarve”* (Sara). Assim, alguns cidadãos sentiram a necessidade de começar a organizarem para lutar contra essa ameaça, dando origem ao Movimento do Centro contra a Exploração de Gás. A existência prévia das mobilizações no Algarve foi, para os ativistas do Centro, uma mais valia, pois sentem que lhes possibilitou *“ter a visibilidade que nós temos, tanto local como dos media, ou dos políticos, porque o Algarve preparou isto tudo para nós”* (Sara). Assim, experiência obtida desde o surgimento ao desenvolvimento do movimento CEGPP possibilitou aprender determinadas lições que estão a ser úteis para as mobilizações no centro, e criar condições para a continuidade do movimento.

Deste modo, recorrendo à análise de quadros, podemos identificar aqui um aspeto importante a ter em conta acerca da forma como o movimento se organizou, identificando uma das 3 componentes das tarefas nucleares de enquadramento (core framing tasks), o enquadramento de diagnóstico. Assim, problema comum, que é identificado em primeiro lugar são as concessões de gás e petróleo em território português: *“(...) tu tens de estar muito focado naquela coisa que é agora o teu intuito, que é cancelar os contratos”* (Sara). Eles argumentam que estes contratos de exploração e prospeção podem ser bastante prejudiciais, tanto a nível ambiental, como económico e social, pelos riscos que acarreta. Os seus argumentos baseiam-se em dados científicos e estudos sobre casos semelhantes em outros países – *“(...) nós temos milhares de cientistas e centenas de milhares de artigos científicos a provar isto”* (Pedro) -, que alertam principalmente para: os impactos que pode ter no ecossistema marinho, nomeadamente, pela risco associado de sismos; a poluição e contaminação de aquíferos,

causadas pelas descargas de águas utilizadas que contêm químicos tóxicos para o meio ambiente; a poluição atmosférica, sendo a indústria de petróleo e gás natural considerada das maiores poluidoras, emitindo CO₂ e, especialmente, metano no caso do gás natural; além disso, a possibilidade de ocorrer acidentes, e de todos estes aspetos poderem intervir com um meio, em que a sua população pode ser visada social e economicamente.

3.2- Atores do movimento: pluralidade de atores individuais e coletivos

Portanto, o movimento surgiu a partir na de pessoas que se juntaram, quer como representantes de associações, quer a título individual com o intuito de perceber a real situação e informar os cidadãos, e de fornecer as ferramentas necessárias à população para exercer o seu direito, nem que seja de ser informado do que se passa na sua região ou no seu país. Desde a mobilização dos cidadãos, à formação de novos grupos e campanhas, o movimento foi crescendo por ação das pessoas locais. O movimento é composto por diversos grupos, associações e cidadãos individuais, que cooperam para atingirem um objetivo comum, cada um fazendo o seu papel, tendo ou não ligação direta entre si. Esta aceitação da diversidade e cariz cooperativo, são assim uma importante variável preditiva da ação coletiva, que se verificou especificamente relevante neste movimento, como veremos (Della Porta, 2013; Grosse, 2019). Constituído por grupos com organizações diferentes, mais formais ou informais, mais hierarquizadas ou horizontais, que realizam ações consoante as suas diversas valências e desempenhando diferentes papeis, com associações mais lobby e outras agindo mais junto da população, produzem também impactos diferentes, sendo que a diversidade foi uma mais valia para o percurso do movimento.

Se por um lado, grupos e associações já existentes se mostraram interessadas em se envolver nesta causa, como a Quercus, a Almargem e a Sciaena, como vimos anteriormente, por outro lado houveram grupos que foram criados com o intuito específico de lutar contra as explorações, como é o caso da PALP. Alguns desses grupos e campanhas foram apenas criados com o objetivo específico de conseguir travar os furos na sua região, e com o cancelamento das concessões, acabaram por desaparecer. Em outros casos, estes simplesmente sentiram necessidade de fazer uma pausa, e manter-se alerta caso sintam que há a necessidade de agirem novamente: *“Estamos desgastados, e cansados, e saturados, e queremos agora estar descansados (...) está a descansar, para se um dia houver um alarme ir”* (Carla). Outros sentiram que a luta ainda não estava terminada e definiram outros objetivos a alcançar. Alguns objetivos paralelos como a necessidade de haver um maior *“reconhecimento do ambiente no*

âmbito do direito jurídico” (Carlos), ao se depararem com uma realidade em que o *“ambiente não está devidamente reconhecido”* (Carlos) no panorama jurídico português.

O principal foco no momento incide sobre os contratos da região Centro, uma vez que de 15 contratos iniciais restam apenas estes 2, neste momento, de prospeção de gás. O Movimento do Centro contra Exploração de Gás foi um coletivo constituído, como reação à existência da ameaça de furos de prospeção e exploração em Leira e Pombal., Neste caso, apesar de definirem como objetivo maior o enquadramento da população com questões como as alterações climáticas e a questão da água, defendem que o seu foco agora é travar os furos e que, posteriormente, esse salto pode ou não ser dado por alguns deles. Porém, estas questões são uma importante extensão de frame (Benford & Snow, 2000), levando em consideração, nomeadamente, a importância que a água tem para a população, principalmente na região centro.

Grupos já existentes, como o “Tavira em transição” e o Tamera não defendem apenas uma causa, mas um modo de vida, e que se envolvem naquilo que acham que vai de encontro à sua ideologia. Grandes associações como a Quercus, a LPN, a GEOTA, ZERO, que continuam a lutar em várias frentes, estando *“envolvidos num leque muito variado de questões”* (Pedro), assim como o Climáximo, tem uma visão mais global, tendo como objetivo de lutar pela justiça climática e por uma transição energética justa. Estes movimentos apresentam-se com uma abordagem mais holística, trabalhando uma problemática ultrapassa a questão ambiental, o que está em causa é a sustentabilidade da sociedade. Alguns dos grupos fazem ações de ativismo climático, para formar ativistas, onde abordam assuntos relativos à ciência, política, ativismo, assuntos sociais, teorias, fazendo uma ponte entre frames (Benford & Snow, 2000).

De forma geral, e de acordo com as visões dos participantes, todos os grupos tiveram um papel importante para o desenvolvimento do movimento, seja por grupos mais locais que mobilizaram a sua comunidade, ou organizações mais abrangentes que deram grandes e pequenos contributos para a mobilização local e nacional. Contudo, apesar da abordagem de problemáticas ser mais específicas ou abrangentes, consoante os interesses particulares de cada grupo, a problematização da extração de combustíveis fósseis é enquadrada como sendo um agravante para o fenómeno das alterações climáticas, que é também um enquadramento de diagnóstico do movimento (Benford & Snow, 2000): *“E também ir estabelecendo um paralelo com as alterações climáticas”* (Carlos).

3.2.1- Organização e interação entre grupos

Sendo o movimento constituído por diferentes grupos, é importante perceber como é que os vários grupos se relacionavam, em relação à luta comum contra a exploração de gás e petróleo em Portugal. A análise sugere que a rede de contactos dos participantes do movimento, são a principal forma de interação entre os grupos que o constituem. Além das relações pessoais, o contacto surge através do conhecimento de uma rede de ativistas e grupos que são de conhecimento do meio, e em que as pessoas interessadas em fazer um trabalho conjunto procuram contactar, ao que, segundo Grosse (2019), estas redes, nomeadamente laço de amizade, de experiência e conhecimento pré-existentes, podem ser bastante relevantes para o movimento. Quer de forma mais formal, por email, ou diretamente, por via telefónica, é através do estabelecimento destes contactos pessoais que são feitas pontes entre grupos e iniciativas. Muitas destas interações foram potenciadas em viagens e encontros entre os ativistas, com o objetivo de unirem esforços e definirem estratégias conjuntas. Pensar a estratégia do movimento é uma dimensão fundamental de qualquer movimento social e contribui para a construção de uma identidade coletiva, fundamental para a mobilização social (Klandermans, 1997; Van Stekelenburg & Klandermans, 2017).

Em termos práticos, foram sendo contruídas *emailing lists*, com quem eram comunicadas as ações que cada grupo pretendia por em prática, e propor a participação de outros grupos. A construção desta rede de contactos foi fundamental para a ação do movimento, esta fortalece as relações entre os atores, pois facilitam o seu contacto, assim como a organização do próprio movimento (Grosse, 2019).

Porém as ações conjuntas foram muitas vezes impossíveis pelas diferentes ideologias, e abordagem de cada grupo – “(...) é mais não verem as coisas da mesma maneira que nós, portanto, torna-se difícil fazermos coisas grandes em conjunto de vários movimentos” (Rute). Os grupos mais locais, conseguiram manter esse contacto mais estreito pela questão geográfica, mas também das relações sociais preexistentes. Deste modo, existiu algumas estratégias e ações conjuntas, não todos os grupos, mas estabeleceram-se algumas alianças, que se organizavam com os seus contactos, e interessados em participar, e puseram em práticas variadas ações: “as pessoas alinham com esse projeto e trabalhamos juntos, é mais isso” (Rui). Segundo este participante, “trabalhar juntos implica, sempre, alguma fricção, alguma tensão, senão, não haviam grupos diferentes” (Rui).

Há um reconhecimento geral de que são “todos muito importantes, cada um atua de uma forma diferente” (Diana), e as valências de cada um foram aproveitadas para diferentes tipos de ação. Por exemplo, várias associações ambientalistas contribuíram com a sua rede de

contactos e influencia, outras conseguiram chegar melhor ao ministro ou a um político (Nome do participante ou participantes que disseram isso). Os grupos mais locais tinham importantes relações já estabelecidas com a comunidade, o que que facilitou a mobilização local: *“há outros que são muito bons, por exemplo, a organizar marchas a mobilizar pessoas”* (Pedro), ao. A entreaajuda entre os vários grupos é relatada por diversos ativistas, que fazem referência a diversas formas de ações e cooperação entre grupos, nomeadamente na criação e desenvolvimento de alguns destes.

A PALP, que funcionou como uma plataforma de vários indivíduos, grupos e coletivos, teve um papel importante na interação entre os vários atores, criando um importante canal de cooperação, e de ação conjunta. Constituída por grupos diversificados, teve as suas cisões e clivagens, mas de um modo geral, os ativistas realçam a eficácia do trabalho conjunto – *“A PALP conseguiu captar as atenções, porque eramos mais, trabalhávamos de uma maneira em que íamos construindo algo (...)”* (Paulo).

No caso mais atual dos coletivos da região Centro, os grupos encontram-se neste processo de estabelecer uma rede de contactos, e em que alguns grupos tem vindo a trabalhar juntos, nomeadamente, através de relações criadas em experiências anteriores. No entanto, os grupos da região do Algarve, na sua maioria, estão a apoiar o centro *“de uma forma muito backstage”* (Diana). O movimento do Centro tem contado com ajuda de pessoas e coletivos locais, nomeadamente da aldeia da Bajouca (que será afetada por um furo), que tem tido um papel central na mobilização de câmaras e freguesias. Outras entidades têm se envolvido, mas a aposta no evento *Camp-in-gás* foi uma importante aposta para criar novos elos de ligação entre várias pessoas, movimentos, também para dar origem a outras coisas, outras ações, *“no sentido de se criar uma rede”* (Carlos), havendo uma primeira abordagens para a troca de sinergias. Este evento consistiu num acampamento na região cento, mais propriamente na Bajouca, onde está previsto ocorrer um dos dois furos para prospeção e exploração de gás fóssil, e que envolveu toda uma série de ações informativas e formativas. Esta foi organizada, essencialmente, pela Climáximo, a campanha Linha Vermelha, o Movimento do Centro contra a Exploração de Gás e Peniche Livre de Petróleo. Posto isto, há sem dúvida, uma rede de contactos e *“uma organização, ainda que informal”* (Joana) entre a maioria de coletivos e ativistas, que tem sido importantíssima para o movimento e a ação conjunta. Embora não haja uma unificação num grupo ou coletivo só, os grupos estão unidos num objetivo comum e existe uma grande interação entre estes, que foi *“muito espontâneo, ou seja, nós fomos nos juntando porque também era uma causa de todos nós e, cada um, dentro da sua organização, ajudou*

como pode, e contribuiu para o movimento” (Joana). O adversário e conflito comum entre estes atores, reforma a definição de movimento que associamos a esta ação coletiva (Touraine, 1996).

3.2.2- Atores individuais

As *“diferentes valências e talentos”* (Carla), demonstradas pelos atores individuais do movimento CEGPP, foram muito importantes para o enriquecimento do movimento. As suas formações muito diversas visões, ideologias e filosofias de vida diferentes mostraram-se relevantes tanto para a ação e como para a mobilização, como iremos ver mais à frente. Assim, este contou com a participação de pessoas locais, que foram atores-chave na ação dentro das comunidades, a atores mais experientes na ação dos movimentos sociais, com conhecimento técnico e científico, com credibilidade junto de entidades públicas e privadas, ou até com uma importante visibilidade mediática, como artistas e intelectuais. Segundo os testemunhos dos entrevistados, é unânime a existência de duas tipologias de grupos que compõem o movimento contra a extração: os coletivos locais, nas regiões diretamente afetadas, onde os furos iriam ser feitos, e os coletivos com dimensão nacional, que também se envolveram na causa. No primeiro tipo de coletivos, não é identificado pelos entrevistados um perfil de participantes específico, caracterizando-os como sendo grupos bastante heterogêneos. Em relação à segunda tipologia, estes apontam algumas categorias em que podemos traçar um perfil dos seus participantes.

Os grupos locais, pela causa que os motiva a participar no movimento, consegue abranger um coletivo de pessoas mais abrangente: *“Era altamente plural, estrangeiros, novos, velhos, de toda a maneira”* (Carla). O que os move é essencialmente a proteção de um ambiente a que têm uma ligação e não propriamente o interesse na causa, ou seja, é o sentido de ameaça que os motiva a agir – *“Nós não queremos isto aqui e de preferência também não queremos em lado nenhum, mas à minha porta de certeza que não vai acontecer.”* (Pedro). Estes são denominados por alguns dos entrevistados como *“movimentos de resistência local”* (Pedro), que lutam para não ter, neste caso, furos de gás e petróleo na sua região.

Sendo o ponto em comum entre estas pessoas o seu interesse comum pela região, ou porque ali nasceram, moram, ou têm uma ligação afetiva com o local, o caso dos estrangeiros, em especial no caso do Algarve, teve uma dimensão importantíssima no desenvolvimento do movimento, pelo seu apego ao lugar que, como vimos, pode surgir também em turistas que criaram uma relação emocional com este lugar (Dwyer et al., 2019; Jaśkiewicz & Besta, 2018). Estes foram apontados como pessoas muito bem informadas e com poder económico (o que foi importante para garantir os custos do processo judicial), e com uma cultura interventiva ativa, que traziam dos seus países de origem: *“Os estrangeiros também, os ingleses, os*

holandeses, os alemães, está tudo, e isso foi muito importante porque, de facto, são pessoas com dinheiro, o que foi importante também porque esta coisa do processo... Com mais formação.” (Diana). Numa fase inicial, elementos que tinham alguma experiência dentro do ativismo ambiental, regional, nacional e internacional, tiveram um papel central na criação do movimento, trazendo alguma formalidade, quer a nível organizacional como na transmissão de credibilidade.

Estes também contaram com um grande envolvimento de pessoas do sexo feminino – *“Há muitas mulheres envolvidas também, que é muito interessante.”* (Sara), e de pessoas mais velhas. A nível da faixa etária, estes contavam com pessoas dos 20 aos 80 anos, ao que nos casos das pessoas mais velhas estas se mostraram fundamentais, uma vez que estas, ao estarem reformadas, puderam dedicar mais tempo à causa – *“Portanto, pessoas reformadas, e isto é mesmo verdade, os reformados têm sido muito importante, porque são pessoas que têm tempo para dedicar a isto não é?”* (Diana). Em relação à escolaridade, estes englobam pessoas com a antiga quarta classe ao ensino universitário, ligadas a diversos setores de atividade e de várias classes sociais: *“Portanto, se calhar temos aqui algumas pessoas com educação, com o liceu completo ou educação universitária, mas também temos centenas de pessoas que se calhar têm a quarta classe, ou que são agricultores.”* (Pedro). Efetivamente, o caráter diversificado desde movimento, contribuiu bastante para a transversalidade da causa, pois proporciona a identificação de um maior número de pessoas com o coletivo, havendo assim uma crescente mobilização.

Os coletivos com dimensão nacional, são apontados como tendo um perfil mais específico de participantes, de forma geral, com um perfil *“mais ativista”*. Este é mais centrado nas grandes cidades, destacando-se Lisboa, sendo a maior parte da classe média, média-alta, e a faixa etária não é tão abrangente, assim como a escolaridade: *“Aqui em Lisboa há um determinado perfil de pessoas relativamente jovens, se calhar entre os 25 e os 35 anos, quase sempre com uma educação universitária.”* (Pedro), com alguns acima, mas não passa os 50 anos – *“É assim, não é heterogénico, por exemplo, em termos de idades, não há ninguém, acho eu, acima dos 50.”* (Rute). Nestes grupos, é referida a dificuldade em abranger outras zonas do país, pois as pessoas encontram-se mais dispersas para poder reunir, ao que os coletivos se concentram principalmente em Lisboa. Mesmo em Lisboa estes são compostos por pessoas de diversas localidades, mas essencialmente dos arredores da cidade, desde a margem sul, linha de Sintra e Cascais: *“(…) portanto, neste sentido não é muito, sim, a Grande Lisboa, linha metropolitana, se não for muito difícil”* (Rui). Também contam com alguns ativistas estrangeiros que vêm residir na zona de Lisboa e que são referidos como tendo uma consciência

cívica e ambiental ativa e que procuram envolver-se nos coletivos. Verificou-se assim, que a maioria tem formação universitária, ao que, segundo Grosse (2019), as pessoas com mais formação estão mais despertas para estas questões.

Há uma clara diferenciação entre estes dois tipos de coletivos envolvidos no movimento e no facto de existir um perfil mais claro nos grupos nacionais, sendo os locais mais abrangentes. A causa para esta diferenciação é apontada, essencialmente, pela motivação que leva ao envolvimento das pessoas no movimento, ou por uma ligação aos locais afetados diretamente, como vimos no exemplo dado por Pedro acerca dos movimentos de resistência, que evoca a ação das pessoas em resposta a um sentimento de ameaça, ou baseada no carácter desperto para as questões ambientais, ou através dos seus coletivos – “(...) *uma grande parte das pessoas eram pessoas que eram representantes de várias associações.*” (Paulo) -, sendo ambos os casos baseados no sentimento de urgência da causa.

3.2.3- Motivações e influências para a participação

Com base nos testemunhos dos ativistas entrevistados, verificou-se que os principais fatores que levam ao seu envolvimento em coletivos, em geral, são interesses pessoais que parecem ter uma grande influência do meio, nomeadamente, o ambiente escolar, e o círculo de amigos.

Dentro das motivações pessoais, destacam-se o carácter interventivo dos indivíduos, ou o facto de se sentirem direta ou indiretamente afetados pelas problemáticas em questão: “*nós não queríamos que a nossa ilha de Tavira ficasse como está ali aquela zona de Huelva*” (Carla). Neste caso, realça-se o apego ao lugar, em que a pessoa sente uma ligação a um determinado ambiente e/ou espaço, e esta relação pessoa-ambiente podem influenciar na decisão de adesão aos coletivos (Jaśkiewicz & Besta, 2018). Na causa específica do movimento (CEGPP), esta verifica-se em relação ao local de nascimento, mas também a um espaço que tem uma simbologia afetiva a nível nacional, pois o Algarve é o destino de férias de muitos portugueses, “*A verdade é que Algarve é nosso, Algarve são praias de toda a gente (..)*” (Rui). Assim, este está ligado a memórias afetivas que visitantes e turistas, nacionais ou estrangeiros, criaram com o lugar, neste caso o Algarve (Dwyer et al., 2019; Jaśkiewicz & Besta, 2018).

A nível do carácter interventivo dos indivíduos, estes afirmam que desde sempre se sentiram despertos para as questões cívicas e tiveram interesse em intervir de alguma maneira: “*(..) mesmo antes, também te posso dizer, a título pessoal, que sempre fui muito desperta para questões ambientais.*” (Carla). Como tal, iniciaram espontaneamente a busca por grupos que fossem de encontro aos seus interesses e objetivos, através da leitura, diálogos, ida a eventos e

ações, etc. Em alguns casos, durante a sua procura encontraram algumas lacunas no ativismo em Portugal, e sentiram a necessidade de fundar novos coletivos. *“Ninguém está a fazer nada, não se está a organizar mobilizações, portanto, tomamos a responsabilidade de tentar criar um espaço para isso (...)”* (Rui). É geralmente referido que, apesar da sua ação individual, estes chegaram a um ponto em que sentiram a necessidade de iniciar uma ação coletiva, considerado objetivamente as ações coletivas dotadas de uma maior capacidade de mudança, de uma maior eficácia. *“(...) foi a melhor coisa, foi deixar de ser uma ativista isolada, sempre a versífera contra tudo e contra todos e com pouca eficácia, e integrar-me, de facto, numa estrutura que me abriu patamares.”* (Olga). Assim, neste caso podemos identificar 2 das principais dimensões sociopsicológicas que explica a ação coletiva, a identidade com o grupo e/ou movimento, pela busca destes atores por coletivos que se apresentassem características e objetivos com os quais estes se identificassem (Klandermans, 1997; Van Stekelenburg & Klandermans, 2017), e a eficácia, que se mostrou um parâmetro importante na sua decisão de se envolverem numa ação coletiva (Klandermans, 1997; Van Stekelenburg & Klandermans, 2017).

No caso das influências externas, o meio escolar destaca-se como o principal incentivador da ação coletiva nos casos em questão, em que quadro dos entrevistados viram-se envolvidos em causa, grupos ou organizações a partir da sua experiência académica. Ao longo da sua formação foram tendo incentivos, seja pela própria temática dos cursos que frequentaram, pela influência de professores, ou pelo simples espírito de iniciativa coletiva vivido nas universidades, como foi o caso dos participantes Diana, Paulo e Rui. No caso de Diana e Paulo, foi através dos professores, que estavam eles próprios ligados a determinadas organizações, nomeadamente de cariz ambiental, que incentivaram e fizeram a ponte para o seu envolvimento nas mesmas. Esta inserção começou como voluntariado, mas atualmente encontram-se ambos empregados a tempo inteiro nas organizações, sendo através destas que chegaram a outras temáticas e grupos, como foi no caso da Diana: *“Eu fiz a minha tese de mestrado; fiz na Liga para a proteção da natureza, que é uma ONG também muitíssimo antiga, que também integra a PALP, não é? E depois, a partir daí, nunca mais saí das ONG do ambiente”* (Diana); e o caso do Paulo: *“(..) tinha um professor que trabalhava diretamente nessa associação e comecei a fazer voluntariado (...)”*.

A influência dos amigos também se mostrou uma importante fonte de incentivo na iniciação no ativismo, o que foi o caso das entrevistadas Olga e Sara. Uma delas, relacionava-se com diversas pessoas que integravam importantes ONGs, e que lhe despertaram curiosidade em conhecer e, posteriormente, envolver-se em determinados coletivos. *“(..) tinha vários*

amigos e colegas que trabalhavam com a Greenpeace e com a 350.org (...) aconteceu tudo muito espontaneamente, eu tenho uns amigos que fazem parte da Academia Cidadã, e nós tínhamos sempre falado em fazer colaborações.” (Sara). No outro caso, foi por insistência de alguns amigos, que faziam parte de uma entidade, e convidaram-no a envolver-se, repetidamente, até este aceitar o desafio, afirmando que esta foi a sua melhor decisão e mudou a sua vida. *“(...) durante 6 ou 7 anos a massacrar-me o juízo para eu ir para a SOS para os ajudar (...) Valeu imenso a pena, foi a melhor coisa, foi deixar de ser uma ativista isolada (...)”* (Olga). Esta influência dos laços sociais é referida na literatura, como importantes influenciadores de envolvimento em ações coletiva, quer por facilidade e incentivo a aceder a estes grupos, como os disponibilizados pelo meio escolar, como por identificação com os atores sociais, amigos, colegas (Maher & Earl, 2017; Ward, 2016).

O ativismo climático foi a primeira experiência de alguns dos entrevistados, mas a grande maioria teve as suas primeiras experiências em coletivos relacionados, essencialmente, com questões sociais e políticas: *“(...) participei em muitas coisas, movimento estudantil, um pouco de direitos humanos também, pouco mais política (...)”* (Rui). Atualmente, alguns ainda estão envolvidos com grupos com o foco nessas temáticas, mas a maior parte tem estado mais concentrado nos desafios ambientais. Nestes casos, as questões ambientais surgem interligadas com as outras temáticas, mas ao “descobrirem” a causa ambiental, fixaram-se essencialmente nestas questões, fundamentando-se na urgência que atribuem a esta questão: *“(...) a descobrir outro mundo, literalmente, e comecei a perceber que havia muita coisa que eu não sabia, e a questão, então, das alterações climáticas foi uma das questões que eu comecei.”* (Sara). Entre as outras temáticas em que estiveram ou ainda estão ativos, a luta dá-se muito em relação aos direitos humanos, as desigualdades sociais e económica, as questões laborais, entre outras, muito relacionado com a política partidária. Apenas alguns casos mostraram que estão ou que já estiveram ligados a algum partido – *“(...) já tive filiada a um partido em particular”* (Diana), sendo a questão da política partidária uma problemática a discutir dentro do movimento.

Alguns dos entrevistados mantêm-se nos primeiros coletivos a que se juntaram, mas em outros casos houve uma passagem por vários grupos. A sua mudança prende-se, essencialmente, com a perceção de ineficácia e falta de envolvimento dos grupos nas causas em questão, realçando mais uma vez a importância da perceção de eficácia e do sentido de influência. De facto, umas das dimensões mais destacadas pelos entrevistados foi o sentimento de influência. Neste sentido, Pedro explicou que como *“mão havia grandes coisas para fazer, comecei a desanimar um bocadinho.”* Por sua vez, Rute referiu: *“eu sentia era que o meu impacto era praticamente nulo, portanto, eu estava lá para mudar alguma coisa e não sentia*

que estivesse a mudar nada, era uma escala muito pequenina.” (Rute). Quando estes estão num grupo em que sentem que não têm grandes coisas para fazer, ou que não promove uma ação e envolvimento ativo e dinâmico, os ativistas sentem-se desanimados, ao que estes acabam ou por desistir ou por procurar grupos mais ativos: *“E o que eu percebi nessa altura é que estes movimentos apesar de conhecerem a questão e terem feito alguma coisa não estão se calhar tão envolvidos como eu achava que deviam estar.”* (Pedro).

Além disso, a própria organização e estrutura do grupo é apontada como algo essencial na sua escolha, ou seja, a flexibilidade na ação, ao não ter que dar justificações a toda uma estrutura hierárquica dentro do grupo, assim como a possibilidade de opinar nas decisões deste, são valorizadas por diversos participantes. Mesmo pessoas que estão em organizações mais rígidas estruturalmente, apesar de alertarem para a importância dessa forma de organização, gostavam de ter mais autonomia, e poder participar de forma mais interventiva. No entanto, alguns dos participantes em grupos “horizontais”, apontam limitações nessa forma de organização, mas não excluem o facto de ser um fator de peso na decisão de se envolverem nesse grupo específico: *“Além de termos um funcionamento muito mais horizontal, é algo que anda muito mais rápido do que qualquer das outras organizações.”* (Miguel). Ou seja, as pessoas parecem estar mais motivadas quando sentem que têm impacto de alguma forma, e que fazem parte do processo de decisão (Della Porta, 2013).

As estratégias de mobilização dos grupos que se envolveram no movimento também foram responsáveis por algumas adesões. Sendo a informação da população uma das estratégias traçadas pelo movimento, alguns atores ao se depararem com iminência dos furos e a falta de ações para os travar, através da informação facultada pelo movimento, sentiram-se motivados a se juntarem e lutarem pela causa.

3.3- Estratégias de ação e comunicação

Segundo os participantes que foram entrevistados, as ações definidas para solucionar as problemáticas em questão basearam-se essencialmente em três pilares, sendo este o enquadramento do prognóstico (Benford & Snow, 2000) do movimento CEGPP: a mobilização, a pressão política, e a via judicial: *“(…) percebemos que tínhamos uma frente popular, uma frente política, e uma frente judicial.”* (Carla). Contudo, esta última não foi definida inicialmente, surgiu com a necessidade mais imediata de travar os furos iminentes uma vez que os outros tipos de ação não estavam a surtir um efeito tão imediato.

O primeiro foco/objetivo do movimento passava pela mobilização da população, que foi feita com base na informação, ou seja, transmitir às pessoas o que se estava a passar, as

consequências que isso podia trazer, quer em termos gerais como na sua própria vida, e o que estas podiam fazer para ajudar a mudar isso. As estratégias de mobilização variaram de grupo para grupo, mas existiam muitas ações que foram delineadas e executadas em conjunto. Neste caso, o procedimento era feito através de uma proposta de algum grupo, à qual os outros grupos era convidados a participar, e quem sentisse que faria sentido envolvia-se ou não na ação, havendo “*todo um espectro de possibilidades*” (Pedro). Porém, “*trabalhar em conjunto é, há propostas, chegar a um consenso*” (Rute), e esse equilíbrio foi muitas vezes encontrado e resultou em importantes ações para o movimento tais como as marchas pelo clima.

A mobilização foi feita com o intuito das pessoas agirem alguma forma, seja para participarem em algum evento ou ação, para passarem a palavra, ou até criem novos grupos, sendo disponibilizada ajuda e capacitação por parte dos outros grupos, de forma houvesse pressão popular suficiente: “*pressão popular é fundamental, sem pressão popular acho que não, pode não ter o efeito prático desejado*” (Carlos). Foram feitos vários tipos de ações e eventos, para vários segmentos da sociedade civil, desde agentes de poder, público e privado, pessoas ligas à academia, e a população em geral. Realizaram-se sessões de esclarecimento, manifestações, ações na rua, lançamento de campanhas, conferências, workshops, *flashmobs*, *sunsets*, acampadas, e toda uma série de atividades que tinham ou não como foco principal a questão das extrações, sendo este tema incorporado em ações sobre outras temáticas de forma a chegar a mais pessoas, como era o caso das Marchas pelo Clima, um dos exemplos mais referido. Estrategicamente, a seguir a uma grande ação, as pessoas eram sempre convidadas a se inscreverem no site para receber as novidades, de modo a poderem vir a participar em mais ações ou até mesmo juntar-se aos grupos.

Estes contaram com o envolvimento de personalidades conhecidas, desde a elite intelectual, como o caso do Futuro Limpo, a artistas mais populares, que contribuíram com a sua participação ativa ou apenas em ações específicas. Contaram com o envolvimento de Câmaras, e outros organismos públicos e privados, como entidades de vários ramos profissionais, para ajudar e divulgar a causa, possibilitando a criação de laços importantes para o desenvolvimento do movimento.

A comunicação social era outro foco importante na estratégia de mobilização do movimento, sendo lançados diversos comunicados. Estes tentavam chamar o máximo a atenção, para que as suas ações fossem divulgadas e, conseqüentemente, a causa. Contaram com o apoio de vários jornais, locais, regionais e nacionais, que publicaram diversas matérias sobre o tema, assim como rádios locais. Também tiveram visibilidade televisiva, aparecendo em programas de debate como o Prós e Contras, e também em algumas reportagens dos

telejornais. Outra dimensão importantíssima, que este acreditam ter feito a diferença, foram as redes sociais, nomeadamente o Facebook, onde conseguiam que a suas mensagens chegassem a mais pessoas: “(...) o Facebook foi muito importante, Facebook, Facebook, Facebook, fazer barulho, as pessoas iam partilhando, de repente, tu crias uma nuvem, é tanta gente a falar da mesma coisa que tu não podes ignorar, já não dá.” (Diana). Esta importância das tecnologias de informação vai de encontro ao abordado na literatura, que destaca estas ferramentas na ação e mobilização dos movimentos sociais (Cable, 2017; Castells, 1999; 2003).

Assim sendo, podemos destacar, dentro do enquadramento motivacional, ou seja, as formas que o movimento encontrou para envolver mais pessoas na causa, que numa primeira fase, estas passavam por informar a situação às pessoas, as ameaças que dessa decorriam, e o que podiam fazer para contribuir, através de ações de diversos tipos, como vimos. Recorreram também à comunicação social, que envolveu desde rádios e jornais locais, até programas televisivos, e as redes sociais, que também foram uma importante ferramenta utilizada e reconhecida pelos ativistas, que destacaram a ação no Facebook como uma das mais eficazes. Mais à frente temos percecionar quais os processos estratégicos que foram definidos na para a construção dos frames que o movimento desenvolveu e implantou para mobilizar novos atores (Benford & Snow, 2000).

3.3.1- Ações junto do poder político

A estratégia de cariz político, além da própria pressão política que as ações com a população tinham o intuito de atingir, foi feita pressão pelos próprios grupos sobre os órgãos responsáveis. Primeiramente, houve uma luta para ter acesso à informação, pressionando a ENMC e o governo, e todas as entidades competentes, e foi quando estes tiveram de começar a publicar os contratos e a revelar alguma informação à população. Da mesma forma, estes pressionaram os ministros e secretários de estado a reunirem com eles e fornecerem toda a informação: “(...) eles pressionaram os secretários de estado, os ministros para reunirem com eles para explicarem o que é que está a acontecer.” (Pedro).

O movimento fez intervenções que foram desde o poder central até aos poderes mais locais. Elaborou-se uma campanha, as “Autarquias livres de petróleo”, na altura das eleições autárquicas, onde estes aplicaram uma estratégia mais confrontativa. Tal como explicado por Diana, os candidatos eram questionados diretamente acerca da sua posição face aos contratos de prospeção de forma pública (em assembleias municipais e de freguesia), com o objetivo de pressionar os candidatos a tomarem uma posição pública. Esta situação gerou alguns conflitos dentro dos partidos, pois muito deles mostraram-se pessoalmente contra o furo, mesmo que o

partido não tivesse a mesma opinião, ao que a maioria das câmaras dos locais afetados renunciaram-se contra os contratos: *“Houve tanta pressão que eles tiveram que realmente, houve propostas para o parlamento, e cada um deles teve que tornar muito claro qual era a sua posição em relação a isso.”* (Rute). Assim, o incentivo a um ativismo governamental mostrou-se um relevante pilar da estratégia do movimento. Estes atores, que fazem parte da elite política, têm acesso a importantes recursos, quer materiais quer humanos, com uma capacidade de influência de maior alcance, pelo que o seu envolvimento nas mobilizações favorece traz o assunto para a agenda política e tem o potencial de mobilizar a população (Verhoeven & Duyvendak, 2017).

Deste modo, esta questão ganhou dimensão nacional, principalmente quando as pessoas começam a conseguir chegar ao Presidente da República e ao Primeiro ministro, ao se fazerem ouvir através da comunicação social e agentes políticos. Os grupos destacaram pessoas para que, cada vez que estes estava a falar para a comunicação social, em qualquer situação ou evento, estivesse sempre alguém a fazer mesma pergunta acerca dos contratos. Também criaram um site, “A nossa voz”, para que as pessoas conseguissem enviar cartas a deputados, e conseguiram reunir com o ministro do ambiente.

Em determinado momento, os grupos elaboraram uma carta de pedido de demissão do Ministro do Ambiente e da APA, devido a uma série de acontecimentos, que culminaram com a APA a isentar o furo da Aljezur de Estudo de Impacto Ambiental. Os ativistas sentiram que tinham motivos suficientes para pedir essas demissões, uma vez que acharam que as atitudes desses órgãos estavam a ir contra a sua missão zelar pelo ambiente. Tal como nos explicou o Paulo e outros, muitos dados, quer do ponto de vista jurídico-normativo, quer do ponto de vista das consequências mais graves da exploração, quer até de alguns indicadores contratuais, eram, aparentemente, desconhecidos pelos deputados da especialidade, tendo sido os próprios grupos a fornecer essa informação: *“E dávamos-lhes a informação, e chagávamos a fazer uma compilação enorme de informação.”* (Paulo).

Assim, esta foi uma estratégia de mobilização de importantes atores governamentais (Verhoeven & Duyvendak, 2017), ao mesmo tempo que visavam a *“confrontação sistemática aos responsáveis”* (Rute), para que tomassem atitudes. Embora, estes relatem que não houve um grande apoio por parte do poder mais central, estes foram claramente bem-sucedidos em colocar o assunto na agenda dos média e dos políticos. De facto, as reivindicações do movimento atingiram grande visibilidade mediática.

3.3.2- Via Jurídica

Perante a identificação de vários problemas com os contratos, o movimento decide avançar com um processo em tribunal: “(...) *porque tínhamos matéria para ir, porque podia ser tudo legal, moralmente errado mas legal, não era*” (Diana). Assim, a PALP interpôs uma providência cautelar para travar o furo de prospeção de petróleo em Aljezur. Porém, para poderem avançar tiveram de definir quais as organizações, com estatuto legal, que estavam dispostas a avançar com o processo e a dar o seu nome, tendo sido a Almargem, a Sciaena e a Quercus. Assim, tendo em conta os argumentos que reuniram, e o facto das ONGs estarem protegidas pela lei, em algumas coisas, e de não terem de pagar o processo, estes entraram com uma providencia cautelar.

Porém, este não foi o primeiro processo colocado contra as concessões, a Associação de Municípios de Algarve foi a primeira, assim como outras denúncias, mas nenhuma foi para a frente, e foi arquivado. A providencia cautelar colocada pelas ONGs do movimento CEGPP foi aceite, e houve todo e longo processo em tribunal, com várias instâncias, mas a mais recente deu razão às organizações. Neste sentido, segundo alguns participantes, “(...) *foi uma ação legal da PALP, com uma providencia cautelar em tribunal, que fez com que o projeto fosse cancelado.*” (Pedro), e que este “(...) *foi decisivo para que, pelo menos aquele furo, não acontecesse e as petrolíferas desistissem, e o próprio Estado perdesse um bocado a razão.*” (Paulo)

Durante este processo, os ativistas depararam-se com um decreto de lei em particular, o 109/94, que além de não ter sido benéfico para a ação em causa, deixou-os alarmados para futuros cenários. Este decreto dá liberdade a qualquer empresas que quiser investir na exploração de um território em Portugal, isso seja possível. A luta para a alteração desta lei é uma das coisas que, alguns ativistas, definiram como um dos seus objetivos, uma vez que abre portas para problemas futuros: “(...) *garantir que não há mais contratos assinados, e segundo, mudar aquele decreto-lei do demónio, o 109/94.*” (Diana).

Toda esta experiência também revelou a fraca representação do direito ambiental em Portugal. Os ativistas relatam as dificuldades que tiveram em conseguir o advogado e, posteriormente, em delinear argumentos que encaixassem no que é valido no direito ambiental português, que não se espelha da mesma forma que o europeu. Estes acreditam que a sua ação, possa ter aberto caminhos, e ter assim um papel importante, num debate sobre o direito do ambiente em Portugal.

Por fim, é importante notar que as três estratégias referidas (mobilização, ação junto do poder político e via judicial) não foram desenvolvidas de forma isoladas. Ou seja, segundo

Carlos, quanto mais impacto mediático tivessem na comunicação social, mais teriam apoio popular, mais pressão política, e eventualmente, esta pressão refletir-se-ia nas decisões judiciais. Assim, podemos distinguir qual foi o enquadramento prognóstico definido para solucionar os problemas do movimento, sendo este os três pilares da sua ação referidos: primeiramente, o de informar e mobilizar a população, com base na crença em que um maior de pessoas a agir maior a eficácia da ação e pressão política; a pressão política direta sobre os decisores políticos, através de reuniões com diversos representantes de órgão políticos, desde os mais locais ao poder central, e constantes queixas às entidades competentes; e como último recurso a via judicial, uma vez que sentiram que tinham matéria legal suficiente para avançar, e esta seria uma forma mais imediata de evitar os furos, seja para ganhar tempo, como para conseguir evitá-los definitivamente.

3.3.3- Construção de quadros de ação do movimento

Dentro dos processos estratégicos através dos quais os ativistas construíram os seus frames, identificamos alguns processos de alinhamento de quadros interpretativos, através dos quais os atores definiram alguns dos seus principais frames (Benford & Snow, 2000). Em primeiro lugar, a crença de que os furos são uma ameaça ao modo de vida e de subsistência das pessoas: “(...) *isso ameaçava diretamente, portanto, o modo de vida das pessoas, o modo de subsistência das pessoas.*” (Rute) -representa um Deste forma, este processo de alinhamento de frames que faz uma ligação entre a exploração de gás e petróleo e os estilos de vida, ao que, no caso do Algarve, relaciona com a atividade económica característica da região, o turismo, que seria afetado pelos furos. De igual modo, amplia essa propriedade da identidade da região ligada ao turismo, e vai além da aparente problemática ambiental, se estendendo à dimensão económica e social. No processo estratégico deste frame os atores tentam transformar, com base no que é descrito nos contratos, a crença das pessoas de que o petróleo é sinónimo de riqueza, na ideia de que a sua exploração é desnecessária. Por fim, a falta de transparência do governo em não ter anunciado os contratos e ter feito tudo às portas fechada, como referem os ativistas, que despoletou um sentimento de indignação e injustiça por parte das pessoas e que as levou a agir. Este estabelece assim uma ligação entre a desconfiança do poder político e os contratos, através desta ocultação, e amplia essa desconfiança.

. Em todos os casos, a temática maior por detrás das lutas está essencialmente a questão das alterações climáticas e a defesa do ambiente. A maioria faz referência ao facto de que em primeiro lugar o seu propósito é “*informar as pessoas das eventuais consequências negativas*

da prospeção e extração de gás” (Carlos), mas é importante “ir estabelecendo um paralelo com as alterações climáticas, ou seja, o meio ambiente” (Carlos).

“se por um lado querem defender a sua terra, como identidade, como algo que é da natureza delas, da sua ligação afetiva, também têm de tomar consciência que todos os males que estamos a fazer ao planeta terra, não é só a prospeção de gás, são também outras coisas que estamos a fazer no mundo que influencia a sua terra. Desta forma, é preciso também educar para que as pessoas tenham uma visão alargada do panorama, e não, apesar e ser legítimo a defesa da sua terra por uma questão de identidade.” (Carlos).

Assim, apesar da multiplicidade característica do movimento contra a extração de gás e petróleo em Portugal, o objetivo comum entre os grupos constituintes do movimento, mas também outros coletivos, são as alterações climáticas e a preservação do meio ambiente, mesmo que esta seja mais ou menos visível na sua ação, esta é por todos referida.

Embora o enquadramento discursivo não é estrategicamente pensado, estes definiram uma abordagem que não fosse alarmista e sensacionalista, mas baseada em factos. A informação real e clara, como uma forte base científica, é o que caracterizava o seu discurso, adaptando sempre ao tipo de público que abordavam. Já os processos contenciosos de enquadramento, que se referem à relação com opositores, sendo que os adversários definidos neste caso foram as empresas e o Estado, e que se demonstram bastante influentes na construção dos frames, nomeadamente na exposição dos contratos para contrariar a ideia induzida por estes de que Portugal iria ganhar bastante a nível económico.

Esta análise ajudou a perceber algumas dinâmicas importantes para o desenvolvimento do movimento, assim como o rumo que este tomou. Para clarificar algumas dimensões mais específicas, que se mostraram relevantes na estratégia do movimento, são apresentados alguns subtemas que as iram abordar aprofundadamente.

3.3.4- Escala de ação: a importância da ação local

A escala de ação do movimento contra a extração de gás e petróleo é encarada de forma diferente entre os grupos, nomeadamente: local, nacional e global. A questão em si é encarada global, pois os malefícios das explorações de gás e petróleo são considerados uma ameaça global, abarcando a problemáticas das alterações climáticas. Mas há uma maior facilidade em agir numa escala menor, sendo que alguns grupos se focaram numa ação local, outros nacional,

e alguns conseguiram alguma internacionalização da questão, mas o impacto global é de curta dimensão.

O movimento parte de uma ação local, que ganhou dimensão nacional, e foi visível, a nível internacional. Começando no Algarve, o movimento foi irradiando para outras zonas do país, e ganhou visibilidade nacional através da ação dos movimentos, que tiveram *“solicitações de ir ao país todo, menos o interior, mas toda a faixa litoral”* (Alice), e pelo o envolvimento do poder político, com ações que abrangeram os órgãos de poder, não só local mas também nacional, desde o Primeiro Ministro ao Ministro do Ambiente, e os partidos. Além disso, sendo o Algarve uma zona de turismo interno e externo, o assunto passou ao país todo, pela relação afetiva que visitantes nacionais e estrangeiros têm com a região do Algarve, como vimos. Embora em pequena escala, também houve algum trabalho a nível internacional, fazendo parcerias e contando com o apoio de algumas organizações internacionais, tendo visibilidade em países como a Inglaterra, Grécia e Espanha, que proporcionou uma *“divulgação internacional”* (Olga).

Contudo, grupos com objetivos mais abrangentes, que focam as suas ações e discursos numa escala nacional e internacional desenvolveram as suas principais ações a nível local, uma vez que a: *“maior parte dos movimentos no Algarve, e agora na zona Centro, a maior parte das pessoas, não querem porque é ali”* (Miguel). Desde a mobilização da população, das câmaras, a região turismo e empresas, esta teve mais força no Algarve, seguindo uma lógica de: *“Quando pensas local é mais fácil, porque é lógica de ((como é que eu vou ser afetado))”* (Miguel). Os participantes destacam assim impactos locais, ainda que demonstrem preocupação com as dimensões globais:

“Eu não consigo proteger tudo, eu posso é garantir que daqui aqui as coisas estejam bem feitas, e na pior das hipóteses é garantir que eu não faço mal para fora, e que se eu tiver maneira de ajudar os outros a também fazerem o mesmo noutro lado eu faço. Mas eu não tenho capacidade de proteger tudo ao mesmo tempo, tenho capacidade é de proteger a minha zona” (Paulo).

Adicionalmente, os participantes parecem considerar que agir local é mais fácil porque é lógica de explicar às pessoas como é que isto os afeta na vida diária, na sua região ou no seu local de trabalho e sair um bocadinho daquele nível mais abstrato e um bocadinho aborrecido que é as alterações climáticas – *“Portanto este NIMBY, e se calhar uma estratégias que é importante para os movimentos é também explicar às pessoas como é que isto os afeta na vida*

diária.” (Pedro). Assim, percebemos a importância da ação local como estratégia de mobilização do movimento, pois possibilitou uma maior mobilização da população local.

3.3.5- Representações do extrativismo e das alterações climáticas

A relação entre o extrativismo e as alterações climática foi bastante mencionada (Bambrick, 2018) pelo movimento CEGPP. Com base na ciência, os ativistas afirmam que para não sofrermos ainda mais com as alterações climáticas devemos, no máximo: *“apenas queimar menos de 50% daquilo que já está descoberto, e que o restante deve ficar debaixo do solo.”* (Pedro). A quantidade de cravão, gás e petróleo que existe no mundo inteiro é *“5 a 6 vezes mais do que a gente pode queimar e ficar abaixo pelo menos dos 2 graus”* (Pedro) estabelecido no acordo de Paris. Os ativistas defendem que, se o objetivo é trabalhar para em transição energética, reconhecendo que o sistema atual é efetivamente prejudicial à qualidade de vida das comunidades, e, não se pode investir em projetos que ameçam esses objetivos. Estes proporcionariam a criação de uma *“área completa de todas as novas infraestruturas que iam aumentar as emissões”* (Rui) que tinham o objetivo de reduzir.

Estamos a falar de um país com uma enorme costa, em que uma alteração das águas do mar faz muita diferença (Schmidt et al., 2012). Assim, o perigo das alterações climáticas forneceu uma série de argumentos que permitem dar força aos argumentos e reivindicações do movimento. Um dos ativistas revela que Portugal é um *“hotspot de biodiversidade quer marinha, quer terrestre”* (Paulo), mas que o. existem uma série espécies que estão a ser ameaçadas pelos impactos das alterações climáticas, mas também pela própria indústria extrativa (Bambrick, 2018). Passar esse conhecimento à população foi também uma das estratégias do movimento, uma vez que: *“(…) como não têm essa noção, e nós quando apresentamos os impactos, apresentamos o que é que pode implicar.”* (Paulo).

Os movimentos sociais em si têm um importante papel em trazer à sociedade o debate de temáticas importantes, que muitas vezes não estão a ser devidamente abordadas pelas entidades responsáveis. Os ativistas acreditam que o interesse económico é muitas vezes posto em primeiro plano e que se faz prevalecer ao interesse comum, que é ter um meio ambiente mais saudável, ou não tão nocivo. Este movimento, ao fazer a ponte com a questão das alterações climáticas (Benford & Snow, 2000), *“(…) trouxemos o assunto para o público. Agora, fala-se de alterações climáticas de uma forma muito mais séria.”* (Diana). Para os ativistas, a luta contra a existência dos contratos de prospeção veio trazer ao tema das alterações climáticas *“trouxemos substância à cena (...) ficou mais concreto.”* (Diana). Por outro lado, o movimento veio proporcionar espaços e contextos de participação que implicam a doar dinheiro, participar

em ações, desenvolver campanhas, etc. As pessoas tinham “*as alterações climáticas apenas no imaginário*” (Diana), porém, a possibilidade de ajudar a evitar que sejam implementados mais projetos da indústria extrativista, que vão aumentar as emissões que causa toda essa catástrofe, mobilizou as pessoas a agir.

Embora as alterações climáticas não se cinjam à indústria extrativista (Bambrick, 2018), esta tem um potencial de efeito dominó, aumentando o impacto positivos deste tipo ações. Assim, é relevante olhar para o modo como os movimentos conseguem transmitir, para o público, esta relação.

3.3.6- Múltiplos significados: Ambientalismo e ativismo climático

A denominação “ambientalismo” controversa entre os entrevistados, sendo que, se por um lado há atores que não se identificam como ambientalista, outros, embora com uma abordagem diferente, aceitam. O distanciamento, seja total ou transformativo, do ambientalismo tradicional, foi uma abordagem importante na estratégia do movimento, considerando o modelo seguido pelo movimento como diferente e mais próximo da população.

Para alguns dos entrevistados, estes consideram que a sua ação vai além do ambientalismo tradicional: “*E ambientalismo, regra geral, não percebe nada de raiz do problema.*” (Rui). Rotulando a sua ação de ativismo climático: “*Nós fazemos ações de ativismo climático.*” (Rui), alguns participantes chamam a atenção para a necessidade uma visão mais holística dos problemas ambientais e soluções necessárias – “*(...) temos um foco maior do que só o clima.*” (Rute). Entrevistados referem a necessidade e efetiva transformação do ambientalismo nos tempos atuais. As principais críticas apontadas recaem sobre a falta de técnicas de comunicação que façam a mensagem passar à população em geral, e a falta de eficácia das ações, que não tem progressão e são estáticas:

“(...) é uma abordagem que esteja a mudar nada no mundo e que esteja a resolver o problema. (...) Portanto, a não ser que tu arranjes uma estratégia de marketing espetacular para fazeres sensibilização, e conseguires convencer as pessoas de que realmente aquilo as afeta agora e elas têm de agir já, mas isso não está a resultar.”
(Rute).

Os ativistas acusam alguns grupos ambientalistas, principalmente os mais antigos, de defenderem um modelo de crescimento verde e sustentável com base nos mercados, o mesmo

discurso das empresas. Estes *“têm muitas vezes projetos financiados por empresas e pelo governo”* (Pedro), e como tal *“têm de ter muito mais cuidado na sua linguagem”* (Pedro) e iniciativas, vendo a sua ação limitada. Estes acabam por não se envolver profundamente em determinadas questões, o que motivou a mudança de grupos de alguns do ativistas entrevistados, que se queixavam do impacto quase nulo das suas ações ou a uma escala muito pequena em relação à pretendida, afirmando que *“Os ambientalistas têm uma forte componente política, é envolveres-te menos.”* (Rui).

Outra abordagem muito criticada é a de individualização do problema, ou seja, a propaganda ambientalista tem recorrido muito sobre as escolhas individuais das pessoas: *“Fala-se muito no ambientalismo, fala-se muito na proteção do planeta, com o intuito de nos culpar a nós individualmente.”* (Miguel). Para os ativistas, esta abordagem não tem tido resultados significativos, pois a culpabilização não atrai as pessoas, e pode até produzir o efeito contrário. A forma como se envolve a população é, segundo estes, numa perspetiva de venda, e não o de construir ou transformar algo.

Contudo, há pessoas que encaram a abordagem ambientalista como viável, apontando apenas alguns obstáculos a esta abordagem, mas não a descartando totalmente. As barreiras apontadas estão relacionadas com a existência de um preconceito em relação aos ambientalistas, e uma falta de confiança por parte da população em relação a estes, e no caso específico do ambientalismo português, a falta de profissionalismo. Os entrevistados apontam uma tendência da sociedade em associar os ambientalistas a determinado perfil de pessoas, normalmente, vegan ou vegetarianas, hippies, etc. *“Eu não sei se tu te apercebes disto, mas quando tu dizes que és ambientalista recebes logo uma atenção diferente, pensam logo que tu és louca”* (Diana). Em relação à desconfiança da população das organizações, neste caso, ambientais, mas é algo que sentem que é geral, deve-se, nomeadamente, a há existência de casos polémicos que deram essa má fama às organizações *“(…) eu não gosto da sensação de estarem a olhar com a coisa da desconfiança que, na verdade, nos afeta um bocado, por exemplo, quando aparece o coiso da Raríssimas, quando aparece esse tipo, da Quercus.”* (Diana). Essa ineficácia associada às grandes organizações tradicionais, é um dos motivos da aposta em abordagens mais locais, mais perto da comunidade (Bond & Dorsey, 2010).

Um das problemáticas do ambientalismo em Portugal que se mostrou mais unânime entre os entrevistados é a falta de eficácia das organizações ambientalistas tradicionais, sendo que, também segundo a literatura, o ambientalismo português não tem um grande impacto sobre a população (Tavares, 2013). O próprio funcionamento dos coletivos tem se mostrado complicado, segundo os ativistas, não havendo grandes financiamentos, dependentes do

voluntariado, o que, segundo estes, pode desmotivar o envolvimento das pessoas nos grupos. Estes referem que a grande maioria das pessoas não quer dedicar tempo a um trabalho que não tem ajuda de custos, e como tal preferem se dedicar à sua atividade profissional remunerada, existindo poucas pessoas disponíveis para o trabalho voluntário. A ativista Sara defende que *“falta um pouco de profissionalismo no ativismo em Portugal”*, uma vez que as coisas ainda funcionam muito pelas *“relações pessoais”*, o que torna complicado seguir e contruir estratégias a longo prazo. Contudo, esta também afirma que *“já se começa a perceber que o ativismo não é sustentável se não houver dinheiro, as pessoas têm de ser pagas”* e o dinheiro é necessário para pôr em prática as estratégias, principalmente no caso da luta contra grandes organizações e entidades.

Os participantes sentem que a cultura interventiva pouco expressiva em Portugal, principalmente a nível ambiental, é uma das grandes consequências da falta de eficácia do ambientalismo em Portugal, e que, deste modo, *“o ambiente perde sempre”* (Pedro) em relação a outras dimensões. As pessoas não se informam *“porque acham que vão gastar o seu tempo a informarem-se”* (Olga) quando as coisas não lhe dizem diretamente respeito. Os ativistas sentem que ainda não está incutido nas pessoas que a natureza somos nós e que temos de trabalhar para a proteger. Segundo o testemunho dos ativistas, este trabalho de conscientização está na educação, nomeadamente na educação cívica. Este é um papel que os movimentos têm vindo a assumir, não só no âmbito ambiental, trazendo à sociedade a discussão destas questões:

“(...) estes movimentos podem ajudar a combater isso, que é preciso discutir e é um ato saudável de cidadania, se preferirmos usar esta palavra. Neste caso, acho que é fundamental não só os ambientais, mas também outros movimentos sociais que possam trazer para o espaço público algumas questões que não são devidamente discutidas.”
(Carlos).

A emergência destes novos movimentos e grupos, em que se procura uma diferenciação com os coletivos ambientais tradicionais, para procura novas formas de agir, se se mostrem mais eficazes das praticadas até então. A eminência de uma série de catástrofes ambientais, é um dos fatores apontados para esta tomada de posição e múltiplas ações: *“Sobretudo a partir de 2015, surgiram uma série de grupos novos pequenos e se calhar com gente mais jovem com outra mentalidade mais ativos e que eu acho que também ajudaram a mudar um bocadinho a dinâmica desta situação.”* (Pedro).

Esta abordagem também tem atraído mais gente, pois não é uma questão apenas ambiental, envolve também o económico e o social, como foi o caso do extrativismo, e mostrou-se um dos principais fatores do sucesso na mobilização. Além disso, as pessoas começaram a perceber que podem agir sem recorrer às tradicionais ONGs, que são apontadas por alguns ativistas como muito “snobes” e “muito formalistas”. Assim sendo, os participantes defendem que existem formas de os cidadãos comuns agirem, sem terem um estatuto formal jurídico, mas que acaba por ser desconhecido para a maioria das pessoas: *“Passou-se de estar num ambiente às pessoas perceberem que elas próprias podem fazer e escrever algo”* (Pedro). Apesar de, em Portugal, estes não terem validade jurídica, ao que nesta vertente o movimento teve de recorrer às ONGs que o integravam, lei permite e prevê a existência de grupos e movimento, sendo que estes reconhecidos a nível europeu. Esta é uma das características que diferencia o movimento anti extração, e que levam a unanimidade dos entrevistados a considerar este movimento único no panorama do ambientalismo em Portugal. Desde do seu surgimento, desenvolvimento, organização e resultados alcançados, este movimento é marcado pela diferença. Com base nos discursos dos participantes, passamos a ilustrar algumas dessas diferenças.

Primeiramente, o seu surgimento através da união da cidadãos e associações plurais e transversais com o intuito de trazer a público a os contratos e unirem forças para cancelá-los, transmite a imagem de que não eram apenas pessoas que se consideram ambientalistas que estavam envolvidas, mas qualquer pessoa que tivesse interesse no caso, segundo o que é defendido pelos atores entrevistados. Em segundo lugar, este reclama ter uma estrutura horizontal e informal, em que não requeria a associação formal pessoas numa associação para entrarem. Este modelo seguido pelo movimento, descrito como mais simples e ágil, tem o sentido de demonstrar que a ação pode surgir em qualquer lado, e das pessoas perceberem que elas próprias podem fazer algo (Della Porta, 2013; Rootes, 2007). Além disso, deu liberdade à maioria dos grupos de agirem em conformidade com as suas ideologias e objetivos, sem a restrição dos financiadores: *“(…) também têm liberdade para dizer claramente ((vocês são o inimigo, o que está a acontecer é culpa vossa))”* (Pedro). Esta é uma estratégia proporcionar poder decisório à população, em que a chave está em dar poder às pessoas, as pessoas sentirem que tem o poder de mudar as coisas, e tornar indicação em esperança (Della Porta, 2013). Estas estrutura tem servido de inspiração para outras pessoas, e para outras causas e casos, nomeadamente o caso atual do centro, como refere a ativista do cento Sara o movimento do centro foi *“muito inspirado também no Algarve”*.

Os resultados alcançados são considerados a primeira grande vitória dos movimentos portugueses a nível energético: *“(…) não sei te dizer se foi a primeira grande vitória num*

movimento ambientalista, em termos de energia, parece-me que foi.” (Joana). Foi algo que começou localmente, que enfrentou os grandes lobbys, e conseguiu atingir os seus principais objetivos, cancelando a grande maioria dos contratos de prospeção.

3.4- Influência e eficácia: sucessos, vitórias e obstáculos

A percepção da influência e eficácia do movimento varia ligeiramente entre os participantes. Se por um lado todos concordam que houve uma vitória clara com o cancelamento de 13 dos 15 contratos, por outro há quem considere que esta pode ser uma vitória temporária e que ainda há muito mais a fazer. Cada grupo tem os seus próprios objetivos a alcançar, e o que pode ser a principal meta a atingir para uns, como o cancelamento dos furos, para outros pode apenas ser mais um passo para o seu propósito maior. Além disso, existem outros objetivos relacionados que são também considerados resultado da eficácia e influência do movimento, como a forte mobilização e a influência positiva sobre outros grupos e causas.

Num período de 3 a 4 anos, desde que o movimento começou a atuar, 13 das 15 concessões existentes em território português foram desaparecidas, acabando assim com uma ameaça imediata. Apesar dos fatores externos terem sido importantes, os participantes do movimento sentem que este tem o seu mérito, tendo sido este um movimento que começou localmente, e que teve de enfrentar grandes empresas, e o próprio Estado, e conseguiu que estes não fossem para a frente com os furos: *“Pela primeira vez, houve um movimento que começou localmente, e que enfrentou os grandes lobbys, e conseguiu ganhar.”* (Joana). Contudo, estes sentem que nada é garantido, pois nada impede que em algum tempo não volte a haver este tipo de ameaças. Além disso, a luta ainda continua na zona Centro do país, onde ainda falta cancelar os 2 últimos contratos em vigor.

Os resultados alcançados a nível da mobilização são também apontados como uma prova da eficácia da ação do movimento. Estes consideram ter conseguido mobilizar um grande número de pessoas, entre elas, o apoio de presidentes de Câmara e representantes de algumas associações, principalmente a nível mais local (e.g. associações de pescadores, de moradores e de professores), destacando-se a região do Algarve. Houve uma contestação de toda a região, que estes consideram ser algo inédito na história dos movimentos ambientalistas: *“(…) a oposição de uma região inteira, porque é a tal coisa, eu nunca tinha visto, não me lembro na história dos movimentos ambientalistas”* (Diana). Estes sentem que, graças à sua ação, as pessoas *“perceberam que elas próprias podem fazer e escrever algo”* (Pedro), criando um sentimento de empoderamento da população que levou à forte mobilização. A população aderiu

fortemente às ações que foram organizadas, desde as manifestações, a consultas públicas e debates, com números históricos de participação e que abrangia diversas camadas da sociedade. A própria população criou grupos de ação, sabendo agir sem se deixar enganar, sendo este resultado de um trabalho de informação e apoio por parte dos outros grupos: “(...) *fazer com que as pessoas criassem grupos, grupinhos de pessoas de brainstorming, de divulgação no próprio local, e houve vários grupos.*” (Paulo).

Assim, o movimento conseguiu aumentar e ramificar-se por mais locais, como o Alentejo e Peniche. A região Centro foi inspirada por esta primeira fase de ação, e os resultados alcançados. A experiência dos primeiros grupos proporciona importantes ferramentas às ações mais atuais e futuras, havendo já uma pré-organização e visibilidade que é uma mais valia para a sua eficácia. Esta é uma das vertentes que também é considerado um reflexo da eficácia do movimento, o exemplo e inspiração da sua ação para outros movimentos e causas: “(...) *claro que nós podemos chegar ao final e eles furarem, mas ao menos ficará escrito que nós tentamos, não é?*” (Diana).

Porém, existem sempre coisas a melhor que foram apontadas pelos ativistas, nomeadamente os recursos, que acaba por ser algo exterior ao movimento, e algumas questões da organização deste. Em relação a esta última, a principal questão apontada está relacionada com a própria transmissão de informação do movimento. Apesar deste ser constituído por grupos formais e informais, a relação entre estes segue mais o modelo da primeira, em que há uma horizontalidade entre grupos. As pessoas têm diferentes graus de envolvimento no movimento, e há pessoas que têm fases em que estão mais afastadas, acabando por não ser produtivo esperar a resposta de pessoas que não tem estado muito envolvida, em coisas que necessitam de rapidez de ação. A dimensão do movimento leva a que as coisas acabem por não ter muito tempo para serem debatidas, e funciona por resposta ou omissões, ou seja, tenta-se informar todos daquilo que se passa, e nas decisões mais importantes “(...) *pergunta-se se há alguém que se oponha determinantemente a esta questão, se ninguém responder vai-se assumir que não.*” (Pedro).

A diversidade, representante de pessoas de todos os quadrantes da sociedade, permitiu a identificação dos participantes com o movimento, e de uma ação transversal e abrangente: “(...) *as pessoas tinham diferentes valências e talentos, e então mexia-se em diferentes frentes.*” (Carla). De igual modo, a persistência dos ativistas, em estarem sempre em cima do momento, seja na recolha de informação, como nos seus movimentos, chamando, nomeadamente, a atenção para a responsabilização os órgãos responsáveis. E mesmo perante as diversas

adversidades e obstáculos, o apoio entre os participantes e os resultados que iam sendo alcançados, não permitiram desistências, e proporcionaram a continuidade do movimento.

Assim, em termos de escala de impacto, esta é encarada pelos ativistas como, essencialmente, *“mais local, tem sido sobretudo local”* (Carlos), onde houve maior mobilização e efetivamente o cancelamento dos contratos. A nível nacional, este refletiu-se no seu impacto político, ou seja, o governo teve de desistir dos contratos, e a estratégia nacional de abastecimento energético foi questionada. *“A partir do momento em que conseguimos cancelar estes contratos, (...) isto obviamente será um recomeço da estratégia nacional energética, não é?”* (Sara). Finalmente, a nível global também teve o seu impacto, primeiramente pelo exemplo que deu a alguns países de que é possível lutar e vencer. Alguns dos grupos do movimento foram contactados para partilhar a sua experiência, criando-se uma rede de ajuda mútua, que possibilita um *“efeito dominó”*. Além disso, os atores fazem referência nas entrevistas, à crença de que, ao evitar os furos, haverá menos petróleo que será queimado, e que isso tem impacto direto a nível global com as alterações climáticas.

Deste modo, percebeu-se que existem diferentes dimensões na noção de eficácia do movimento, que varia entre participantes e grupos, mas todos a reconhecem. *“Agora, com variações ou não variações, o que é facto é que conseguiu-se fechar os furos, não é? Portanto, eficazes foram!”* (Joana). Além de ser apontada uma eficácia imediata, a influência deste em semear futuros movimentos e vitórias, pressiona também uma percepção de eficácia a longo prazo.

3.4.1-Fatores externos e contextuais que influenciaram o rumo do movimento

Embora exista um reconhecimento geral da sua importância no rumo que a questão tomou, tendo sido destacados diversos dos seus resultados produzidos pelas suas características específicas, que os ativistas referem como sendo a sua organização, mais informal e transparente, a sua transversalidade e a sua persistência, capacidade de influência do movimento parece ter sido condicionada por uma conjugação dos fatores externos e da ação do próprio movimento.

Deste modo, o contexto em que o movimento se desenvolveu influenciou de diversas formas o rumo do mesmo, tanto de forma positiva como negativa. O contexto político, económico e jurídico de Portugal, e os contextos das próprias regiões envolvidas, desde a situação geográfica, cultural, e problemáticas já existentes nas zonas. Estes influenciaram desde a forma como as pessoas aderiram ou não à causa, e as escolhas e ações dos movimentos, assim como os resultados da sua intervenção. A importância de atender ao contexto tem sido apontada

pela literatura como uma questão fundamental para a potenciar a participação e o envolvimento das populações (Fernandes-Jesus, Carvalho & Seixas, 2019).

O local em que as coisas ocorreram teve uma importante influência sobre o rumo do movimento, este iniciou-se no Algarve, e foi se ramificando para outros locais, principalmente os que estavam a ser afetados diretamente. Deste modo, os ativistas percecionam o facto de ter começado no Algarve como um fator externo que contribuiu positivamente para o sucesso do mesmo, devido ao contexto da região. Sendo as praias a imagem do Algarve, ter furos perto da costa cria indignação num maior número de pessoas, uma vez que *“podes criar esta imagem das tuas praias cheias de petróleo”* (Sara). Já as explorações ainda existentes no centro se têm visto também influenciada pelo contexto do local. Esta zona mostra-se mais dividida relativamente à sua posição em relação aos furos, neste caso de prospeção de gás. Se por um lado, há uma zona que se mostra contra, há outras que se mostram mais divididas, o que é justificado pelos ativistas como resultado das características da própria região e das suas pessoas, tal como foi explicado por uma das participantes: *“E é uma zona muito diferente, a zona centro é uma zona pequenina, mas por condicionante geográfico ou de montanhas, ou o quer que seja, as pessoas, os povos, as culturas são muito diferentes umas das outras.”* (Sara).

A forma de subsistência nesta região varia, o que influencia a sua visão sobre o tema. Se uma zona é mais ligada à agricultura e à terra, em que as pessoas dão muito valor à questão da água, outra zona é mais ligada à indústria e olha mais para a questão económica. A questão da contaminação da água é um tema muito relevante na região devido a outras ameaças que estes enfrentam, como as suiniculturas e outras indústrias, sendo algo que ajudou na mobilização das pessoas. Outro fator é o facto de já ter havido perfurações naquela região, e que faz com que as pessoas já desvalorizarem a questão por estarem saturadas pela questão. Como tal, a região Centro se tem mostrado diferente dos casos iniciais, ao que o processo de conscientização é diferente, mas não deixa de ter ganho com a experiência e abertura de portas dos primeiros casos. Porém, os ativistas dão um importante destaque à aldeia da Bajouca, que se mostrou uma aldeia muito unida e empenhada na luta contra os contratos e que os surpreendeu positivamente.

Em termos gerais, o contexto português também teve uma grande influencia sobre o trajeto do movimento. Algumas das realidades que dificultaram a sua ação foi o fraco desenvolvimento do direito ambiental em Portugal. Este foi um grande obstáculo para o movimento, quando estes decidiram avançar com a causa para tribunal. Estes tiveram muita dificuldade em encontrar advogados que trabalhassem na prática na área, e que se mostrassem disponíveis a trabalhar pró-bono. Estes acreditam que o direito ambiental ainda *“não está devidamente reconhecido, e isso acaba por, então os contratos económicos, acaba por*

prevalecer em relação a questões ambientais” (Carlos). Outros fatores negativos apontados relacionam-se com o Estado estar a favor, e terem de lutar, não só contra as empresas, mas também contra o Estado.

Porém, houveram outros fatores que se mostraram contributivos para o desenvolvimento deste. Primeiramente, o facto de não ser apenas uma questão ambiental, mas também económica e social, o que proporcionou uma maior mobilização. A iminência dos furos também deu emergência à causa e a uma rápida ação, o que apanhou de surpresa as empresas, que não estavam à espera desta oposição por parte da população portuguesa. A atitude de irrelevância face à opinião da população em relação à decisão das concessões por parte dos decisores políticos, ter tudo sido tudo feito *“às portas fechadas”* (Paulo), o gerou uma maior onda de indignação nas pessoas.

3.4.2- Influência das ações políticas

Foram apontadas diversas situações políticas como fatores externos que influenciaram o movimento. Primeiramente, o próprio cancelamento dos contratos é referido uma algo que foi fortemente influenciado pelo ano de eleições que decorre, uma vez que os ativistas acreditam que o governo não tomaria mais atitudes drásticas em ano de eleições: *“(…) ser um ano político pesou.”* (Alice).

Ao longo do processo de contestação, as atitudes dos órgãos de poder foram influenciando o percurso do movimento, como o facto de os organismos responsáveis não se mostrarem preocupados com o interesse comum ambiental, ao não acharem necessário o estudo de impacto ambiental. A omissão de documentação, o desconhecimento entre os poderes, neste caso, entre o Ministério do Ambiente e as Câmaras, e a existência de uma consulta pública posterior muito rudimentar, que não deu muito tempo, nem mecanismos, às pessoas de se pronunciarem com algum tipo de consequências: *“Portanto, isto as pessoas não sabem, e isto é um obstáculo, e o poder político também não sabe.”* (Olga). Estes e outros problemas com as consultas públicas em Portugal têm vindo a ser apontados pela literatura como fatores que podem contribuir para o afastamento das pessoas dos processos de participação (Fernandes-Jesus et al., 2019).

Houve alguma resistência por parte do poder político em que, desde o Ministério do Ambiente, o primeiro ministro e diversos partidos, se mostraram claramente a favor dos contratos. Os participantes sentem que é o sistema financeiro que acaba por manobrar e moldar as escolhas que os Estados fazem, seguindo uma modelo que considera o mercado como o melhor regulador, ao que o poder económico, e até o financeiro, estão profundamente ligados

ao poder político, em que a questão ambiental acaba por ser sempre empurrada para último caso.

No entanto, os participantes argumentam que, ao mesmo tempos que o governo tenta passar uma imagem, principalmente a nível internacional, de um dos países progressivos em energias renováveis, está a assinar os contratos de prospeção sem sequer ter estudo de impacto ambiental, sendo e alguns deles foram assinados 2 dias antes das eleições: “(...) *este governo tem roteiro para a neutralidade carbônica, (...) mas, ao mesmo tempo, estavam a assinar os contratos petróleo*” (Rui). Esta atitude contraditória também serviu de importante argumento a favor da causa, uma vez que o que estava a ser dito ia contra as práticas do governo. Efetivamente, na literatura percebemos que o governo português é historicamente caracterizado pela sua particular centralidade e hierarquização da administração, que conseguem levar acabo a sua vontade, não tendo em conta as considerações da sociedade ou argumentos científicos, não dando atenção, habitualmente, ao os protestos da população (Gonçalves, 2002; Barca & Delicado, 2016). Há um tratamento de menosprezar a vontade pública por parte dos órgãos de poder.

Conclusão

Esta pesquisa propôs-se responder à questão: “*De que forma o movimento contra a extração de gás e petróleo emergiu, e quais as suas dinâmicas?*”. Neste sentido, identificamos 4 principais temas nos discursos dos participantes, e de forma a corresponder aos objetivos definidos. Como tal, o primeiro tema que apresentado refere-se à emergência e ao desenvolvimento do movimento, com o intuito de compreender a história do movimento, e quais a variáveis que contribuíram para a sua emergência e desenvolvimento. Neste sentido, relatamos a história do movimento CEGPP, pelos olhos dos entrevistados, através do quais percebemos o carácter local que definiu o começo deste movimento e que, posteriormente, ganhou dimensão nacional, e alguma visibilidade específica em determinados países, nomeadamente com a adesão de grupos internacionais ao movimento. O problema comum entre os grupos constituintes do movimento, ou seja, o enquadramento de diagnóstico que este apresenta, são as concessões de gás e petróleo em território português (Benford & Snow, 2000), embora outras preocupações também sejam levantadas pelo carácter diversificado dos grupos que o constituem. Este começou então, por uma iniciativa local, de grupos e cidadãos da região do Algarve, que com o decorrer dos acontecimentos foi constituindo novos grupos e campanhas, e contou com a adesão de grupos de carácter nacional e transnacional. A questão alastrou-se além da região algarvia, nomeadamente no litoral Alentejano, e na região Centro,

tendo sido a experiência obtida pelos primeiros coletivos do movimento, um abrir de portas para os grupos que se seguiram e para a continuidade do movimento. Também assistimos este padrão de emergência com outros movimentos ambientalistas, nomeadamente o Movimento pela Justiça Climática, que também atraiu o envolvimento de organizações tradicionais como a Greenpeace, e a proliferação de ações em todo o mundo (Bond & Dorsey, 2010).

Relativamente aos atores do movimento, os dados sugerem que o movimento é composto por coletivos diversificados na sua forma de organização, dimensão e objetivos, ao que se mostrou pertinente perceber como estes interagiam entre si, ou não, em prol de uma luta comum contra os contratos de prospecção e extração. As suas relações baseiam-se, essencialmente, numa rede de contactos, que surge, na sua maioria, ou através de relações pessoais, ou pelo conhecimento geral dos ativistas e grupos que trabalham neste meio, que são contactados quando há interesse em realizar algum trabalho em conjunto. Verificou-se que, embora não haja uma unificação que abranja todas as pessoas e coletivos que têm trabalhado nesta questão, apenas a Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP), mas que mesmo assim não reúne todos os grupos, percebe-se uma organização informal e rede de contactos entre estes atores. É interessante notar, o peso e a relevância das relações informais na mobilização também neste contexto, sugerindo a necessidade maior proximidade às comunidades na mobilização social (Grosse, 2019).

Em relação aos atores individuais, indo de encontro a um dos objetivos desta pesquisa de conhecer o seu perfil, mas também as motivações para a sua participação, abordamos as suas experiências de participação e motivações para o seu envolvimento nos coletivos. Os perfis identificados entre os entrevistados, e relatados por estes, mostraram-se mais homogêneos nos grupos de dimensão nacional, sendo os locais mais abrangentes. Porém, a diversidade de ideologias e valências, que foi apontada com uma característica importante do movimento, refletiu-se na análise das experiências anteriores de participação dos atores, que eram nulas ou variadas, e nas suas motivações de participação, onde identificamos as três variáveis de Klandermans (1997), a identidade coletiva, a injustiça e eficácia (Klandermans, 1997; Van Stekelenburg & Klandermans, 2017). Contudo, a descrição dos atores também levantou outros fatores importantes: o apego ao lugar, a horizontalidade e o poder de decisão, e os laços sociais, tal como outros têm vindo a apontar (Jaśkiewicz & Besta, 2018; Mannarini et al., 2009; Della Porta, 2013; Maher & Earl, 2017; Ward, 2016; Grosse, 2019).

Neste sentido, as estratégias de mobilização do próprio movimento também foram um importante influenciador na decisão da participação e revelou-se um ponto fulcral no estudo deste movimento. Desde logo, os atores relatam que a sua estratégia de ação assenta em 3

pilares centrais: a mobilização da população, as ações junto do poder político, e a via jurídica. Estes pilares são, aquilo que Benford e Snow (2000) chama de enquadramento prognóstico, ou seja, as ações definidas para solucionar as problemáticas em questão. Na sua implementação havia importantes interações entre os 3, que em conjunto contribuiriam para atingir os seus objetivos. As estratégias de mobilização junto das populações locais, e na divulgação do tema nos meios de comunicação, resultariam num aumento dos recursos humanos, e numa maior ação popular, que iram ajudar na pressão política, e eventualmente, refletir-se-ia nas decisões judiciais. Mais pessoas insatisfeitas, maior responsabilidade de tomada de atitudes por parte dos órgãos de poder. Nesta análise também foi possível identificar o enquadramento motivacional (Benford & Snow 2000), ou seja, as formas que o movimento encontrou para envolver mais pessoas na causa, que giraram em torno a transmissão de informação, da realização de ação diretas e divulgação nos meios de comunicação formais e informais, como as redes sociais.

A construção do frames de ação coletiva também foi analisada, quer os processos estratégicos que esta envolveu, como os processos discursivos e contenciosos. Em relação aos processos estratégico, foi tido em conta os quatro processos de “alinhamento de molduras interpretativa” (Benford & Snow, 2000), na construção dos seus principais frames, sendo estes: ameaça dos furos ao modo de vida e de subsistência das pessoas, devido aos perigos da exploração destes combustíveis; a realidade dos aspetos contratuais das concessões, que demonstram que Portugal não ia ganhar muito a nível económico e de recursos energéticos; e por último, a falta de transparência e consideração dos governo com a população, ao ter sido tudo feito às portas fechadas, o que despoletou um sentimento de injustiça por parte população. O enquadramento discursivo apresentado foi de recorrência a factos científicos e à máxima transparência, resultante também de processos contenciosos, em relação ao Estado e às empresas, os adversários identificados, o que se reflete nos frames apresentados (Benford & Snow, 2000).

Adicionalmente, outras dimensões também se mostraram relevantes dentro da questão estratégica, quer pelo papel relevante que demonstrou para os ativistas, quer pela controvérsia que alguns despoletaram entre grupos. Primeiramente, a questão da escala de ação, que durante a sua análise revelou o importante papel que o localismo desempenhou neste movimento, e vai de encontro ao discutido na revisão de literatura em relação, nomeadamente, ao Movimento pela Justiça Ambiental e Climática (Acsehrad, 2010; Bond & Dorsey, 2010). Se por um lado, a escala de ação dos movimentos varia consoante o coletivo, e a própria evolução do movimento, que foi abrangendo uma maior escala, a relevância das ações locais é reconhecida por todos

como o motor do movimento. Posteriormente, sentiu-se a necessidade de abordar as representações elaboradas pelo movimento acerca do papel prejudicial do extrativismo na luta pelas alterações climáticas, uma vez que esta associação, como vimos, foi um frame importante, sendo as alterações climáticas um master frame deste movimento. O ambientalismo, foi um conceito que não foi consensual entre os entrevistados, ao que esta discussão foi analisada noutra subtema. Por um lado, alguns atores apontam este como ultrapassado e ineficaz, e como tal inviável, mas por outro, alguns defendem que este é viável, porém criticam as abordagens mais tradicionais, pela falta de proximidade com a população, forte formalização, e novamente a sua ineficácia, apontando para a necessidade de novos tipos de abordagens dentro deste, o que vai de encontro à literatura (Murray, 2012).

Como último tema decorrente dos dados, temos a exploração das perceções dos participantes acerca das mudanças e conquistas alcançadas, no tema das influências e eficácia. Aqui, percebemos o que os ativistas consideram o movimento como vitória, mas que esta visão não é a mesma para todos. Porém, em termos gerais, estes consideram que o cancelamento dos contratos, restando apenas o da região Centro, em que o movimento ainda trabalha, foi uma das principais vitórias deste, sendo apontada primeira a acerca das questões energéticas, depois de Ferrel. Os resultados alcançados a nível da mobilização são também apontados como uma prova da eficácia da ação do movimento. Estes consideram ter conseguido mobilizar um grande número de pessoas, inspirar outros grupos e movimentos. Além disso, o próprio impacto nas alterações climáticas, com o evitar de mais emissões dos recursos que iriam ser explorados em Portugal, também são referidos. O papel da perceção de eficácia e capacidade de influência têm sido recorrentemente referenciados na literatura como um fator central na mobilização para a participação (e.g. Van Stekelenburg & Klandermans, 2017). No movimento CEGPP, os atores envolvidos atribuem estes resultados, essencialmente, à sua ação e organização, mais informal, horizontal e transparente, e à sua transversalidade e persistência (Della Porta, 2013).

Porém, o sucesso percebido pelos atores, não é considerado totalmente responsabilidade do movimento. Estes apontam alguns fatores externos e contextuais que ajudaram nestes resultados, nomeadamente a questão geográfica e cultural, por ter começado no Algarve, uma zona turística e que veria ameaçada a sua principal atividade, e o contexto político, especialmente pela crença de que termos entrado num ano de eleições fez com que os políticos não quisessem ir contra a população. Contudo, estes fatores não tiram, para os ativistas, o mérito que o movimento teve na resolução do problema, sendo que esta é encarada, por alguns, como o alcance apenas de um dos objetivos do movimento.

Porém, o estudo apresenta algumas limitações, quer a nível da metodologia de recolha e análise, quer em relação a algumas dimensões que ficaram por analisar. Relativamente escolha da pesquisa qualitativa, esta é muitas vezes criticada pela sua imprecisão, uma vez que esta recorre a uma estratégia de pesquisa mais aberta em relação à quantitativa. Há também algumas dúvidas em relação à legitimação e aceitação dos dados e a fiabilidade dos resultados, sendo apontado que os pesquisadores, por vezes, dão uma preferência exagerada à perspectiva dos participantes (Bryman, 2012; Serapioni, 2000). Isto exige que os investigadores se aproximem o mais possível dos dados recolhidos, sendo que os autores propõem critérios que fortalecem essa confiabilidade e validade (Bryman, 2012). Também as entrevistas qualitativas como instrumento de recolha apresentam algumas limitações, nomeadamente no facto de, apesar da sua flexibilidade, não devermos acreditar numa completa espontaneidade por parte do entrevistado e numa total neutralidade do investigador, ao que as suas competências e capacidades revelam-se aqui fundamentais para o sucesso ou não da recolha. De igual modo, o facto da informação obtida na entrevista não ficar imediatamente acessível, requerendo um processo longo e trabalhoso de transcrição, é apontada como uma das limitações do método (Quivy & Campenhoudt, 2003). Em relação à análise temática, o facto de não existir uma forma única de aplicação, apenas diretrizes, leva a que alguns pesquisadores não a consideram propriamente um método, criticando este por ser uma técnica em que "vale tudo" (Antaki, Billing, Edwards & Potter, 2002; Braun & Clarke, 2006). Braun e Clarke (2006) argumentam, contudo, que esta deve ser considerada, efetivamente, um método de análise, apontando como seu maior ponto forte a flexibilidade. Por fim, podemos considerar que algumas dimensões ficaram por abordar e analisar foram, nomeadamente, o perfil mais aprofundado e abrangente dos atores do movimento, uma vez que este se baseou apenas nas entrevistas realizadas, ao que este estudo revela a sua potencialidade para futuras investigações.

Apesar das limitações, este estudo contribuiu para perceber as dinâmicas envolvidas no movimento contra a extração de gás e petróleo em Portugal, desde a sua criação ao seu desenvolvimento. Compreendemos a sua história, composição e organização, assim como as estratégias que estes definiram para atingir os seus objetivos, e o que estes percecionam, efetivamente, como resultados. Além disso, ficamos a conhecer os perfis dos seus participantes, e as motivações e fatores que influenciaram a sua participação no movimento. Neste sentido, este estudo torna-se relevante para os movimentos sociais, mas também para a sociedade em si. Aborda a existência de um movimento, que surge entre pessoas locais, constituído por diversos segmentos da sociedade, que uniram esforços num objetivo comum e que, aparentemente, têm vindo a conseguir atingir os seus objetivos. Este pode, assim, servir de exemplo para outros

movimentos, com sua estrutura horizontal, e estratégias de ação e mobilização, mas também mostra à sociedade que a ação pode surgir em qualquer lado, e que qualquer pessoa pode agir.

Referências bibliográficas

- Acsehrad, H. (2010). Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68), 103-119.
- Almargem. (2019). *Quem somos: Historial*. Disponível em: http://almargem.org/site/index.php?option=com_content&view=article&id=195&Itemid=98
- Almeida, J. F. (1995). Metodologia da pesquisa empírica. In J. F. Almeida, J. M. Pinto (Eds.), *Introdução à Sociologia* (pp. 193-213). Lisboa: Universidade Aberta.
- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova* (Online), 76, 49-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>
- Antaki, C., Billig, M., Edwards, D., & Potter, J. (2002). Discourse analysis means doing analysis: A critique of six analytic shortcomings. *Discourse Analysis* (Online), 1(1). Disponível em: <https://extra.shu.ac.uk/daol/articles/open/2002/002/antaki2002002-paper.html>
- Attride-Stirling, J. (2001). Thematic networks: an analytic tool for qualitative research. *Qualitative Research*, 1(3), 385-405.
- Augusto, F. R. (2013). Movimentos sociais em Portugal: o antes e o depois. *Conference: Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias*. Lisboa.
- Bambrick, H. (2018). Resource extractivism, health and climate change in small islands. *International Journal of Climate Change Strategies and Management*, 10(2), 272-288.
- Barca, S., & Delicado, A. (2016) Anti-Nuclear Mobilisation and Environmentalism in Europe: A view from Portugal (1976–1986). *Environment and History*, 22, 497–520.
- Benford, R.D. & Snow, D.A. (2000). Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, 26(1), 611-639.
- Bond, P., & Dorsey, M.K. (2010). Anatomies of environmental knowledge and resistance: diverse climate justice movements and waning eco-neoliberalism. *Journal of Australian Political Economy*, 66, 286–316.
- Bonzi, R. S. (2013). Meio Século de Primavera Silenciosa: um livro que mudou o mundo. *Desenvolvimento e Ambiente*, 28, 207-215.
- Borges, F. H., & Tachibana, W. K. (2005). A evolução da preocupação ambiental e seus reflexos no ambiente dos negócios: uma abordagem histórica. *Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. Rio de Janeiro: ABEPRO.

- Boyatzis, R. E. (1998). *Transforming qualitative information: Thematic analysis and code development*. Thousand Oaks, California: Sage Publication.
- Braga, T. (2010). *Associativismo, Participação e Consciência. Ambiental*. Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods*. 4, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Cable, J. (2017). Communication Sciences and the study of social movements. In C. Roggeband, B. Klandermans (Ed.), *Handbook of Social Movements Across Disciplines* (pp. 185-201). 2, Nova Iorque: Springer.
- Caldas, J. C., & Centemeri, L. (2016). *Valores em conflito: Megaprojetos, ambiente e território*. Coimbra: Almedina.
- CarbonBrief. (2013). *Is shale gas good or bad for climate change?* Disponível em: <https://www.carbonbrief.org/is-shale-gas-good-or-bad-for-climate-change>.
- Carmin, J. (1999). Voluntary associations, professional organisations and the environmental movement in the United States. *Environmental Politics*, 8(1), 101–21.
- Castells, M. (2003). *A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (1999). *Sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Climáximo (2019) *Quem somos*. Disponível em: <https://www.climaximo.pt/quem-somos/>.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum* (2ª Edição). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Cohen, J. L. (1985). Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. *Social Research*, 52(4), 663-716.
- Connors, P. & McDonald P. (2011). Transitioning communities: community, participation and the transition town movement. *Community Development Journal*, 46(4), 558–572.
- Della Porta, D. (2013). Democracy and social movements. In D. A. Snow, D. Della Porta, B. Klandermans, D. McAdam (Eds). *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*. Malden: Wiley-Blackwell.
- Demaria, F., Schneider, F., Sekulova, F., & Martínez-Alier, J. (2013). *Environmental Values*, 22(2), 191-215.
- Dwyer, L., Chen, N., & Lee, J. (2019) The role of place attachment in tourism research. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 36(5), 645-652.

- ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (2016). *História e Pesquisa - Um Breve resumo*. Disponível em: <http://www.enmc.pt/ptPT/atividades/pesquisa-e-exploracao-de-recursos-petroliferos/a-pesquisa-de-petroleo-emp Portugal/historia-e-pesquisa---um-breve-resumo/>
- Fernandes-Jesus, M., Carvalho, A. & Seixas, E. C. (2019). Beyond the Hindrances: Citizens' narrated experiences of public consultations and the possibility of ethics and relevance in participation. *Comunicação & Sociedade*.
- Fernandes, L. (2017). Mapear diferentes formas de dizer não: notas sobre a co-construção do conhecimento dos conflitos ambientais em Portugal. In A. Bravin, L. Fernandes (Eds.). *Diferentes formas de dizer não: expressões de conflitos ambientais em Portugal e na América do Sul* (pp. 12-24). Coimbra: Cescontexto Debates.
- Ferreira, A. R. P. G. (2008). *História do movimento ambientalista: a sua trajetória no Piauí*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Teresina: Universidade Federal do Piauí.
- Figueiredo, E., & Fidélis, T. (2003). No meu quintal, não! Contributo para uma análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 151-173.
- Giugni, M. (1998) Structure and culture in social movement theory. *Sociological Forum*, 13(2).
- Glocal-Faro (2019) *Sobre o Glocal-Faro*. Disponível em: <http://glocalfaro.blogspot.com/p/sobre-o-glocalfaro.html>.
- Góes, I. (2018). *Movimentos ambientalistas: Trajetória Histórica*. Disponível em: <http://www.ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/70d02ed3cebb52563cefdb94073037e7.doc>
- Gohn, M. G. (2000). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* (2ª Edição). São Paulo: Edições Loyola.
- Gonçalves, M. E. (2002). Imagens públicas da ciência e confiança nas instituições: os casos de Foz Côa e da co-incineração. In M. E. Gonçalves (Ed.), *Os Portugueses e a Ciência*. Lisboa: Dom Quixote/Observatório das Ciências e das Tecnologias.
- Grosse, C. (2019). Climate Justice Movement Building: Values and Cultures of Creation in Santa Barbara, California. *Social Sciences*, 8(3), 1-26.
- Hershkowitz, A. (2002). *Bronx ecology: blueprint for a new environmentalism*. Washington DC: Island Press.

- Hiatt, S. R., Grandy, J. B., Lee, B. H. (2015). Organizational Responses to Public and Private Politics: An Analysis of Climate Change Activists and U.S. Oil and Gas Firms. *Organization Science*, 26(6), 1769-1786.
- IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. (2012). *Renewable energy sources and climate change mitigation*. In O. Edenhofer, R. Pichs-Madruga, Y. Sokona, K. Seyboth, P. Matschoss, S. Kadner, T. Zwickel, P. Eickemeier, G. Hansen, S. Schloemer, & C. Von Stechow (Eds.). *Special report of the intergovernmental panel on climate change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jaśkiewicz, M., & Besta, T. (2018). Place attachment and collective action tendency. *Social Psychological Bulletin*, 13(4).
- Kingsnorth, P. (2012). *Dark Ecology*. Disponível em: <https://orionmagazine.org/article/dark-ecology/>
- Klandermans, B. (1997). *The social psychology of protest*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd.
- Ledum, M. (2015). *Framing Environmentalism: A Case Study of a Chinese Environmental Student Organization*. Dissertação de Mestrado em Sociedade Chinesa e Políticas. Oslo: Universidade de Oslo.
- Lima, L. (2002). O aparecimento das questões ambientais em Portugal - A propósito da apresentação do módulo sobre o ambiente do ISSP. In L. Lima, M. Cabral, J. Vala, & A. Ramos (Eds.), *Atitudes Sociais dos Portugueses: Ambiente e Desenvolvimento* (pp. 9-24). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Linha Vermelha. (2019). *A Campanha*. Disponível em: <https://linhavermelha.org/info/sobre-campanha/>
- Maher, T. V., & Earl, J. (2017). Pathways to Contemporary Youth Protest: The Continuing Relevance of Family, Friends, and School for Youth Micromobilization. *Emerald Studies in Media and Communication*, 14, 55-87.
- Mannarini, T., Roccato, M., Fedi, A., & Rovere, A. (2009). Six factors fostering political protest: Predicting participation in locally unwanted land uses movements. *Political Psychology*, 30, 895-920.
- Martinez-Alier, Temper, J. L., Del Bene, D., & Scheidel, A. (2016). Is there a global environmental justice movement? *The Journal of Peasant Studies*, 43(3), 731-755.
- Matos, M. T. A. (2017). A formação da PALP no contexto da luta contra a exploração de petróleo no Algarve. In A. Bravin, L. Fernandes (Eds.), *Diferentes formas de dizer não: expressões de conflitos ambientais em Portugal e na América do Sul* (pp. 56-64). Coimbra: Cescontexto Debates.

- McCarthy, J. D., & Mayer N. Z. (1977). Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, 82, 1212-1241.
- Mccormick, J. (1992). *Rumo ao paraíso. A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Medeiros, L. S. (2012). Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. *Revista Mundos do Trabalho*, 4(7), 7-31.
- Melucci, A. (2001). *A Invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- Moore, J. W. (2017). The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis, *The Journal of Peasant Studies*, 44(3), 594-630.
- Movimento do Centro contra Exploração de Gás. (2019). *Sobre*. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/movcidadeoscentrocontragas/about/?ref=page_internal
- Murray, J. (2012). Building a New Environmentalism. *Business Green*. Disponível em: <http://www.businessgreen.com/bg/james-blog/2220056/building-a-new-environmentalism>.
- North, P. (2011). The politics of climate activism in the UK: a social movement analysis. *Environment and Planning*, 43, 1581–1598.
- Nunes, C. (2014). O conceito de movimento social em debate. Dos anos 60 até à atualidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 75, 131-147.
- Paiva, A., Paes, E. Francisco, M., & Cabral, P. (2011). *Os métodos interpretativos e a entrevista online na investigação qualitativa*. Disponível em: https://edineidepaes.files.wordpress.com/2011/09/paper_metodosinterpretativosentrevistaonline_final.pdf
- PALP – Plataforma Algarve Livre de Petróleo. (2019). Disponível em: <https://www.palp.pt/>
- Peñafiel, F. M. M. (2005). *Ideologia do movimento ambientalista*. Dissertação de Mestrado em Administração. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Picolotto, E. L. (2007). Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 1(2).
- Prudencio, K.C.S., & Santos, J. J. (2011). Mídia e Movimentos Sociais: um esboço metodológico a partir da frame analysis de Erving Goffman. *IV Encontro da Compolítica do Estado do Rio de Janeiro*.
- Quivy, R., & Champenhoudt, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rootes, C. (2007). Acting locally: The character, contexts and significance of local environmental mobilisations. *Environmental Politics*, 16(5), 722-741.

- Santos, M. D. D. (2017), *Análise da decisão portuguesa de atribuição de concessões para a pesquisa e prospecção de petróleo na costa algarvia à luz do quadro europeu de combate às alterações climáticas*. Dissertação de mestrado em Estudos do Ambiente e da Sustentabilidade. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Schmidt, L. (2003). *Ambiente no Ecrã: Emissões e Demissões no Serviço Público Televisivo*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- Schmidt, L. (1999). *Portugal Ambiental, Casos & Causas*. Oeiras: Celta Editores.
- Schmidt, L., Santos, F.D., Prista, P., Saraiva, T., & Gomes, C. (2012). Alterações climáticas, sociais e políticas em Portugal: processos de governança num litoral em risco. *Ambiente e Sociedade*, 15(1), 23–40.
- Schrag, D.P. (2012). Is shale gas good for climate change? *Daedalus*, 141, 72-80.
- Sciaena. (2019). *A Sciaena*. Disponível em: <https://www.sciaena.org/a-sciaena>.
- Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 187-192.
- Sikor, T., & Newell, P. (2014). Globalizing environmental justice? *Geoforum*, 54, 151–7.
- Silva, M. K., Cotanda, F. C., & Pereira, M. M. (2017). Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, 25(61), 143-164.
- Soromenho-Marques, V. (2005). Raízes do Ambientalismo em Portugal. In V. Soromenho-Marques, *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável* (pp. 127-144). Mem Martins: Publicações Europa-América.
- SOS Salvem o Surf. (2019) *Quem somos*. Disponível em: <http://www.salvemosurf.org/quemsomos.html>
- Souza, M. C. O., & Corazza, R. I. (2017). Do Protocolo Kyoto ao Acordo de Paris: uma análise das mudanças no regime climático global a partir do estudo da evolução de perfis de emissões de gases de efeito estufa. *Sistema Eletrônico de Revistas (SER/UFPR)*, 42.
- Speth, J. (2008). *The bridge at the end of the world: capitalism, the environment, and crossing from crisis to sustainability*. New Haven: Yale University Press.
- Staggenborg S, & Ogrodnik C. (2015). New environmentalism and transition Pittsburgh. *Environmental Politics*, 24, 723-74.
- Steger, T., & Milicevic, M. (2014). One Global Movement, Many Local Voices: Discourse(s) of the Global Anti-Fracking Movement. In L. Leonard, & S. B. Kedzior (Eds.), *Occupy the Earth: Global Environmental Movements* (pp. 1-35). Bingley: Emerald.

- Tarrow, S. G. (1998). *Power in movement. Social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tavares, B. R. (2013). *O Ambiente e as Políticas Ambientais em Portugal: contributos para uma abordagem histórica*. Dissertação de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação. Lisboa: Universidade Aberta.
- Tavira em Transição. (2019). *Sobre*. Disponível em:
https://pt-pt.facebook.com/pg/tavira.emtransicao/about/?ref=page_internal
- Tilly, C. (1978). *From mobilization to revolution*. Massachusetts: Addison-Wesley.
- Touraine, A. (1996). *O Retorno do Actor*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Tuckett, A. G. (2005). Applying thematic analysis theory to practice: A researcher's experience. *Contemporary Nurse*, 19(1-2), 75-87.
- Van Stekelenburg, J., & Klandermans B. (2017). Individuals in Movements: A Social Psychology of Contention. In C. Roggeband, & B. Klandermans (Eds.), *Handbook of Social Movements Across Disciplines* (pp. 103-140). 2, Nova Iorque: Springer.
- Verhoeven I., & Duyvendak, V. W. (2017). Understanding governmental activism. *Social Movement Studies*, 16(5), 564-577.
- Wapner, P. (2008). The importance of critical environmental studies in the new environmentalism. *Global Environmental Politics*, 8(1), 6–13.
- Ward, M. (2016). Rethinking Social Movement Micromobilization: Multi-stage Theory and the Role of Social Ties. *Current Sociology*, 64, 853–74.
- Willow, A. (2014). The new politics of environmental degradation: un/expected landscapes of disempowerment and vulnerability. *Journal of Political Ecology*, 21, 237-257.
- Zero. (2019). *O nosso ADN*. Disponível em: <https://zero.org/quem-somos/o-nosso-adn/>

Anexos

Anexo A - Guião das entrevistas

(Os dados serão tratados de forma anónima e confidencial, e pedir autorização para gravar)

Envolvimento e participação no movimento/grupo

1. Como é que se envolveu neste grupo/organização/movimento? Porquê decidiu envolver-se?
2. Qual o seu papel no movimento?
3. Em que atividades participa? Costuma participar na organização de eventos/ações?
4. Já participou em outro tipo de movimento e/ou organização? Que tipo de experiências teve? (explorar temas, áreas, contextos)

Emergência e desenvolvimento do movimento/grupo

1. Como é que surgiu o grupo/movimento?
2. Quais as principais áreas de atuação do grupo? Que tipo de atividades têm desenvolvido?
3. Quais as pessoas envolvidas na criação do grupo? Quem é que assumiu a liderança e porquê?
4. O que mudou no grupo fundador no decorrer do tempo?
5. Como é que o grupo foi aumentando e se desenvolvendo ao longo do tempo?
6. Na sua opinião, quais as principais dificuldades e obstáculos sentidos pelo movimento?
7. Identifica algum fator que tenha facilitado ou contribuído para a emergência e/ou desenvolvimento do grupo?

Práticas de organização

1. Como é que o movimento/grupo funciona? (como é que se organiza?)
 - a. Como se relaciona com outros grupos?
2. Quais as estratégias que foram definidas e têm vindo a ser utilizadas?
3. Pode falar-me um pouco sobre o modo como definiram essas estratégias? Quem as definiu?
4. Considera que essas estratégias têm produzido resultados? Que tipo de resultados?

Práticas de ação e comunicação

1. Que tipos de pessoas costumam participar? Consegue identificar algum perfil?
2. Considera que tem conseguido mobilizar pessoas? Como é feita a mobilização de pessoas para a causa? (e.g., que tipo de estratégias são utilizadas?)
 - a. Existe alguma estratégia que a organização usa para fazer a mensagem ressoar sobre diferentes tipos de públicos?
3. Que pessoas querem mobilizar? Porquê essas pessoas?
4. Como explicam os perigos das explorações às pessoas que não tinha ouvido falar sobre.
 - a. Já encontrou alguém que fosse contra a causa? Como lidam com isso?
5. Quais os principais obstáculos sentidos na interação com o público acerca estes temas?
6. Acha que podiam utilizar estratégias de comunicação mais eficazes do que a estratégia atual? Porquê? E se sim, quais?

Importância e relevância do tema

1. Que tipo de preocupações orientam as ações do grupo? E como é que essas preocupações se relacionam com questões mais nacionais e/ou globais?
2. Na sua opinião qual a importância deste tema a nível nacional? E de ponto de vista global?
3. Qual a importância deste tipo de movimentos no contexto das alterações climáticas?

Dados dos participantes

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Cidade de Residência:

País:

Forma de recrutamento:

Tipo de entrevista:

Local da entrevista:

Duração da entrevista: